

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	23
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	24
2.5 Medições não contábeis	28
2.6 Eventos subsequentes as DFs	34
2.7 Destinação de resultados	35
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	40
2.10 Planos de negócios	41
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	44
5.2 Descrição dos controles internos	51
5.3 Programa de integridade	63
5.4 Alterações significativas	69
5.5 Outras informações relevantes	70

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentários dos Diretores

#### 2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar suas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e os principais fatores que explicam tais alterações.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas acredita que apresenta situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, pois possui forte geração de caixa. A retração na Posição Financeira Líquida em 2022 deveu-se principalmente à intensificação dos investimentos estratégicos (CAPEX) relacionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, projetos de transformação digital e inovação e também maior investimento no capital de giro.

Em 2022, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida negativa de R\$612,3 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$663,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.275,3 milhões.

Em 2021, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida positiva de R\$481,5 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$592,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$110,5 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2020, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida positiva de R\$461,1 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$705,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$243,9 milhões. Para mais informações sobre a Posição Financeira Líquida, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente à Posição Financeira Líquida, a Companhia faz o acompanhamento de sua condição financeira e patrimonial mediante o acompanhamento de determinados índices, conforme descritos abaixo. Os índices apresentados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

### Índices de Liquidez

A Companhia apresenta consistentes índices de liquidez, o que reflete a sua capacidade financeira de liquidar seus compromissos de curto e longo prazo.

- **Liquidez corrente:** ativo circulante ÷ passivo circulante.
- **Liquidez geral:** (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante).
- **Liquidez imediata:** disponível (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras não circulante) ÷ passivo circulante.

### Índice de endividamento

Índice de endividamento: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ total do ativo, mede a proporção de ativos totais da empresa financiada por terceiros.

### Dívida de curto prazo sobre dívida total

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total: passivo circulante / (passivo circulante + passivo não circulante).

### Índices de rentabilidade

- **Margem bruta:** lucro bruto ÷ receita operacional líquida
- **Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas:** EBITDA Ajustado Operações Continuadas ÷ receita operacional líquida
- **Margem líquida de operações continuadas:** lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ÷ receita operacional líquida

A seguir, apresentamos os índices de liquidez, de endividamento e rentabilidade para os períodos indicados:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<u>Índices de Liquidez</u>			
Liquidez corrente	2,5	0,8	2,1
Liquidez geral	1,5	0,8	1,9
Liquidez imediata	0,4	0,1	0,5
<u>Índices de endividamento</u>			
Índice de endividamento	32,2%	56,8%	37,3%
Dívida de curto prazo sobre dívida total	54,6%	94,0%	71,1%
<u>Índices de rentabilidade</u>			
Margem bruta	46,1%	49,6%	51,3%
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	13,2%	19,0%	13,5%
Margem líquida de operações continuadas	4,4%	16,8%	7,5%

Em 31 de dezembro de 2021, os índices de liquidez foram impactados pelo reconhecimento no passivo circulante do contas a pagar de R\$2,4 bilhões, equivalente a US\$423 milhões, referente aquisição de participação societária na Rothy's. A Companhia utilizou os recursos líquidos da oferta pública de distribuição primária de ações de sua emissão, conforme divulgado em Fato Relevante datado de 10 de fevereiro de 2022, para financiar o pagamento da aquisição de participação societária da Rothy's. Essa captação compensou o impacto nos índices de liquidez da Companhia verificados em 31 de dezembro de 2021.

### b) estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações. Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	(256,2)	(107,9)	(140,0)
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	<u>(1.019,1)</u>	<u>(2,6)</u>	<u>(103,9)</u>
Total de Empréstimos e Financiamentos	(1.275,3)	(110,5)	(243,9)
(-) Caixa, equivalente de caixa e Aplicações financeiras não Circulante	663,0	592,0	705,0
<b>(=) Posição Financeira Líquida</b>	<b>(612,3)</b>	<b>481,5</b>	<b>461,1</b>
Patrimônio líquido	5.759,8	3.467,2	3.018,6
Participação de capital de terceiros*	32,2%	56,8%	37,3%
Participação de capital próprio **	67,8%	43,2%	62,7%

\* Participação de capital de terceiros: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

\*\* Participação de capital próprio: patrimônio líquido ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os valores de EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>EBITDA Ajustado Operações Continuadas <sup>(1)</sup></b>	<b>550,5</b>	<b>750,0</b>	<b>425,3</b>
<i>Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas</i>	<i>13,2%</i>	<i>19,0%</i>	<i>13,5%</i>

(1) Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Considerando o nível de endividamento de curto prazo, e a geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2020, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa para enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19 foram:

- a geração operacional de caixa;
- contratação das linhas de crédito por meio de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$996,7 milhões e taxa média de CDI + 3,82% a.a.;
- contratação de Nota de Crédito à Exportação (NCE) no valor de R\$200,0 milhões e taxa média de CDI + 4,60% a.a.; e
- contratação de operação de financiamento em moeda estrangeira (nos termos da Resolução n.º 4.131) no valor de R\$928,9 milhões, com contratação de swaps para a taxa média de CDI + 3,51% a.a.

Estas linhas foram captadas e liquidadas no ano de 2020, com exceção da linha NCE.

Em 2021, a geração de caixa operacional foi a principal fonte de capital de giro da Companhia. A linha NCE, que possuía o saldo remanescente de R\$20 milhões em 2020, foi liquidada em 15 de janeiro de 2021. Quanto às empresas subsidiárias, as linhas de empréstimos foram renovadas, e a Alpargatas Trading (Shanghai) aumentou o montante da linha de crédito de capital de giro (working capital), passando de R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$26,4 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- a geração operacional de caixa;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- contratação de financiamento destinados a investimentos diversos para modernização das plantas industriais (projeto ILEP) com o Banco do Nordeste (FNE), no valor de R\$223,2 milhões com taxa média de IPCA + 2,55%a.a. e prazo de até dez anos. O valor total da operação poderá chegar a R\$435 milhões;
- realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries. O valor total da Emissão foi de R\$800MM, sendo R\$550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com taxa de CDI + 1,35%a.a. e com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e as Debêntures da segunda, R\$250MM com taxa de CDI + 1,50%a.a. e com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios;
- contratação de operação de financiamento em moeda estrangeira (nos termos da Resolução n.º 4.131) no valor de R\$450 milhões, com contratação de swaps para a taxa média de CDI + 1,32% a.a. Estas linhas foram captadas e liquidadas no ano de 2022, com exceção da linha de R\$150 milhões com o Citibank;

Quanto às empresas subsidiárias:

- a linha de empréstimo de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada e aumentou o montante da linha de crédito de capital de giro (working capital), passando para 30 milhões de CNY com vencimento em junho de 2023;
- em julho de 2022, a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a contratação de uma linha de crédito revolving, com o valor máximo de USD 5 milhões, a fim de suportar seu capital de giro. Esta linha tem vencimento em julho de 2023;
- a linha de empréstimo de Alpargatas Europe S. L. U foi renovada e aumentou o montante da linha de crédito revolving, passando para 7 milhões de EUR com vencimento em março de 2023.

### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez**

Historicamente, a geração de caixa operacional tem sido a principal fonte de capital de giro da Companhia, razão pela qual não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento para cobertura de deficiência de liquidez. Apesar disso, a Companhia acredita que o relacionamento bancário construído com seus principais credores, seu perfil de alavancagem, o perfil de longo prazo da dívida financeira e o perfil de geração de caixa operacional, permitirão à Companhia acessar linhas de crédito para suprir eventuais necessidades de capital.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/22 (R\$ milhões)
<b>EM REAIS</b>			
FNE (BNB)	R\$	9,21%	225,4
FINAME	R\$	5,70%	2,0
Debêntures	R\$	CDI + 1,40%	801,9
<b>TOTAL EM REAIS</b>			<b>84,1</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Resolução 4131 – Alpargatas S.A.	USD	CDI + 1,45%	155,4
Working capital Alpargatas Europe	EUR	Euribor 1M + 1,00%	40,5
Working capital Alpargatas Trading (Shanghai)	RMB	4,54%	13,6
Working capital Alpargatas USA Inc. – Estados Unidos	USD	SOFR 3M + 1,6%	36,5
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			<b>246,0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1.275,3</b>

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$110,5 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2022:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/22	% total
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>256,2</b>	<b>20,1%</b>
2023	256,2	20,1%
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>1.019,1</b>	<b>79,9%</b>
2024	9,8	0,7%
2025 a 2027	630,9	49,5%
2028 em diante	378,4	29,7%
<b>Total</b>	<b>1.275,3</b>	<b>100%</b>

Da dívida de curto prazo de R\$256,2 milhões, R\$10,2 milhões (4,0%%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$246,0 milhões (96,0%) financiam o capital de giro da Controladora e das subsidiárias Alpargatas Europe, Alpargatas Trading (Shanghai) e Alpargatas USA Inc.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### Debêntures

Em dezembro de 2017, a Companhia captou um montante total de R\$250 milhões por meio de sua 1.ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, totalizando 250.000 Debêntures de R\$1.000,00 cada, sendo emitidas: 100.000 Debêntures da Primeira Série totalizando um montante de R\$100 milhões; 100.000 Debêntures da Segunda Série totalizando um montante de R\$100 milhões e 50.000 Debêntures da Terceira Série totalizando um montante de R\$50 milhões. As Debêntures da Primeira Série foram liquidadas em 15 de dezembro de 2019 e incidiram, sobre as mesmas, juros correspondentes de 103,5% do CDI que foram pagos semestralmente no dia 15 dos meses de junho e dezembro. As Debêntures da Segunda Série venceram em 15 de dezembro de 2020 e incidiu, sobre as mesmas, juros correspondentes de 104,0% do CDI que foram pagos semestralmente no dia 15 dos meses de junho e dezembro. As Debêntures da Terceira Série foram liquidadas em 15 de dezembro de 2022 e incidiu, sobre as mesmas, juros correspondentes de 106,0% do CDI que foram pagos semestralmente no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Em dezembro de 2022 a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries. A Emissão foi composta por 800.000 Debêntures em até duas séries. O valor total da Emissão é de R\$800MM, sendo R\$550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e as Debêntures da segunda, R\$250MM com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. Quanto a Remuneração das Debêntures, sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 1ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,35% ao ano, base 252 dias úteis. E sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 2ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,50% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração deverá ser paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures de Primeira e Segunda Série, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 12 (doze) dos meses de junho e dezembro, até a data de vencimento das Debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios. Para mais informações sobre as debêntures, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

#### FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Em 2012 e 2013, a Alpargatas realizou a contratação de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB com limite de R\$148,5 milhões, destinado a apoiar a construção da fábrica de Havaianas em Montes Claros – MG. As liberações das parcelas estavam vinculadas ao cronograma de investimentos iniciado em 2013. A amortização foi feita em 96 parcelas mensais. Este financiamento é garantido por fiança bancária com cobertura de 100% (principal e encargos) do



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

valor da dívida contratada. O saldo devedor deste empréstimo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 613 mil reais, sendo o pagamento da última parcela em maio 2023.

Em julho de 2022 a Controladora realizou a tomada de financiamento para reembolso de investimentos, no valor de R\$ 53.9MM, perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A, pelo prazo de até 96 meses, destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, mediante a constituição de garantia por meio de carta fiança. Os desembolsos são realizados a partir da comprovação financeira da aquisição dos equipamentos, tendo sido a primeira liberação em setembro de 2022 no valor de R\$ 19.2MM.

A Companhia realizou em 7 de outubro de 2022, a tomada de financiamento no valor de R\$204MM junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O financiamento tem prazo de até 120 meses para amortização com 2 anos de carência para início do pagamento do principal. Os recursos são destinados a investimentos diversos para modernização das plantas industriais (projeto ILEP). O valor total da operação poderá chegar a R\$435MM, a ser pago ao longo de dez anos.

### FINAME

Os financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, como objetivo de financiar equipamentos utilizados pela Companhia a fim de melhorar e aumentar a produção. O prazo médio das operações contratadas foi de 96 meses e estes financiamentos são amortizados mensalmente. O saldo devedor deste empréstimo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2 milhões, com vencimento entre 2022 e 2024.

#### ii. Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas também possui fianças bancárias diversas por tempo determinado e indeterminado que suportam ações judiciais trabalhistas e tributárias e aluguel de imóveis. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	2022 (R\$ Milhões)	2021 (R\$ Milhões)	2020 (R\$ Milhões)
Trabalhista	1,2	1,2	1,2
Tributária	0,9	0,9	5,2
TOTAL	2,1	2,1	6,4

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia, nos exercícios sociais nos últimos três exercícios sociais, possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (vi) créditos subordinados.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura das Debêntures conta com uma cláusula financeira restritiva (covenant financeiro) verificada trimestralmente que prevê que não será permitido à Alpargatas distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no Art. 202 da Lei das S.A., caso a Companhia descumpra o seguinte índice financeiro em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3 (três) sob pena de vencimento antecipado das obrigações da Alpargatas S.A. referentes às Debêntures. Nos termos da Escritura das Debêntures, a próxima verificação do atendimento ao índice financeira será realizada em até 28 de abril de 2023.

Para fins de definição entende-se por: (i) Dívida Líquida a Dívida financeira da emissora menos as disponibilidades de caixa e equivalentes (ou seja, somatório do caixa e aplicações financeiras) e (ii) "EBITDA" é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Além deste covenant financeiro, os contratos de dívida da Companhia possuem outras restrições em relação à alienação de ativos, redução de capital social (exceto para absorção de prejuízos), reorganização societária (cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações) envolvendo a Companhia e à alienação de controle societário e a mesma encontra-se em situação de conformidade com relação a estas cláusulas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

As liberações das tranches relativas aos contratos de financiamento de FNE e FINAME são condicionadas à comprovação prévia dos gastos com os projetos em questão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados, conforme mencionado no Item 10.1 (d).

### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

#### Demonstração de Resultado (em R\$ milhões)

(em R\$ milhões)

	2022		2021		2020		Variação 2022/ 2021	Variação 2021/ 2020
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.181,9	100,0%	3.948,6	100,0%	3.143,3	100,0%	5,9%	25,6%
Custo dos produtos vendidos	(2.254,2)	-53,9%	(1.991,9)	-50,4%	(1.531,9)	-48,7%	13,2%	30,0%
LUCRO BRUTO	1.927,7	46,1%	1.956,6	49,6%	1.611,4	51,3%	-1,5%	21,4%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(1.194,7)	-28,6%	(1.110,5)	-28,1%	(942,4)	-30,0%	7,6%	17,8%
Despesas gerais e administrativas	(190,4)	-4,6%	(168,4)	-4,0%	(120,1)	-2,9%	13,1%	40,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(185,9)	-4,4%	-	-	-	-	-	-
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(155,7)	-3,7%	(58,5)	-1,5%	(252,7)	-8,0%	166,1%	-76,9%
	(1.726,6)	-41,3%	(1.337,4)	-33,9%	(1.315,2)	-41,8%	29,1%	1,7%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO								
	201,1	4,8%	619,2	15,7%	296,1	9,4%	-67,5%	109,1%
Receitas financeiras	112,5	2,7%	49,6	1,3%	46,1	1,5%	126,8%	7,6%
Despesas financeiras	(90,9)	-2,2%	(30,4)	-0,8%	(138,7)	-4,4%	199,2%	-78,1%
Variação cambial líquida	241,2	5,8%	76,0	1,9%	21,6	0,7%	217,5%	252,4%
Ganhos em operações com derivativos	-	-	4,7	0,1%	5,8	0,2%	-100,0%	-19,7%
Perdas em operações com derivativos	(193,0)	-4,6%	(4,6)	-0,1%	(3,1)	-0,1%	4114,8%	47,7%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
	271,0	6,5%	714,5	18,1%	227,9	7,2%	-62,1%	213,6%
Imp. Rend e contribuição social – corrente	(17,5)	-0,4%	6,0	0,2%	(14,4)	-0,5%	-393,5%	-141,3%
Imo.Renda e contribuição social – diferido	(69,7)	-1,7%	(57,9)	-1,5%	23,3	0,7%	20,5%	-347,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS								
	183,7	4,4%	662,6	16,8%	236,8	7,5%	-72,3%	179,8%
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas	(75,2)	-1,8%	30,0	0,8%	(109,9)	-3,5%	-351,1%	127,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	108,5	2,6%	692,6	17,5%	126,9	4,0%	-84,3%	445,8%

#### Receita operacional líquida:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$4,181,9 milhões, alta de 5,9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$3.948,6 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$2.974,2 milhões, um crescimento de 10,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$2.703,7 milhões. Essa variação decorreu, devido iniciativas de aumento de preços, melhor mix e ganho de market share.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- No entanto a receita do segmento de Operações Internacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$1.207,7 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$1.244,8 milhões. O impacto cambial negativo pela valorização do real frente às principais moedas (euro e dólar) que compõe as receitas no mercado externo, superou o crescimento no volume e na receita de vendas em moeda constante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida foi de R\$3.948,6 milhões, alta de 25,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando foi de R\$3.143,3 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Internacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi R\$1.244,8 milhões, um crescimento de 41,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando foi de R\$879,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, em razão do volume histórico de vendas atingido em 2021.
- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi R\$2.703,7 milhões, um crescimento de 19,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando foi de R\$2.263,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, em razão do aumento do volume de vendas registrado ao longo de 2021.

### **Custo dos produtos vendidos**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.254,2 milhões, representando 53,9% da Receita operacional líquida do mesmo exercício e um aumento de 3,5p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o Custo dos produtos vendidos foi de R\$1.991,9 milhões. A inflação pressionou o aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação, além disto ocorreu um acúmulo nos estoques de matéria-prima e produtos acabados o que gerou custos adicionais de armazenagem (inclusive com aluguel de CDs externos) e provisões para baixas de produtos fora de linha e matéria-prima.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$1.991,9 milhões, representando 50,4% da Receita operacional líquida do mesmo exercício e um aumento de 1,7p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o Custo dos produtos vendidos foi de R\$1.531,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Lucro Bruto:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Lucro Bruto foi de R\$1.927,7 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) de 46,1% e uma redução de 3,5 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.956,6 milhões, representando Margem Bruta de 49,6%. A inflação pressionou o aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação, além disto ocorreu um acúmulo nos estoques de matéria-prima e produtos acabados o que gerou custos adicionais de armazenagem (inclusive com aluguel de CDs externos) e provisões para baixas de produtos fora de linha e matéria-prima.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Lucro Bruto foi de R\$1.956,6 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) de 49,6% e uma redução de 1,7 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.611,4 milhões, representando Margem Bruta de 51,3%. Essa variação decorre principalmente do aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação.

### **Despesas com vendas:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Despesa com vendas foi de R\$1.194,7 milhões, representando 28,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 0,5 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a Despesa com vendas foi de R\$1.110,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, devido ao aumento de time comercial, despesas com distribuição (frete, armazenagem e serviços logísticos) e marketing.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Despesa com vendas foi de R\$1.110,5 milhões, representando 28,1% da Receita operacional líquida e uma redução de 1,9 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando a Despesa com vendas foi de R\$942,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da redução de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa em virtude da COVID-19 e da depreciação de cessão de direitos comerciais, pelo encerramento de contratos de aluguel de diversos pontos comerciais.

### **Despesas gerais e administrativas:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$190,4 milhões, representando 4,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 0,6 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$168,4 milhões. Essa variação decorreu,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente, do aumento de despesas com contratação de serviços de terceiros relacionados a projetos de transformação digital e consultorias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$168,4 milhões, representando 4,0% da Receita operacional líquida e um aumento de 1,2 p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$120,1 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do (i) aumento de despesas com contratação de serviços de terceiros, e (ii) aumento nas despesas com remuneração variável (participação nos resultados).

### **Outras (despesas) operacionais, líquidas:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as outras despesas operacionais foram de R\$155,7 milhões, representando um aumento de 166,2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as outras despesas operacionais foram de R\$58,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) pela contratação de consultorias relacionadas a gastos com M&A e serviços de BPO; (ii) despesas com provisão para reestruturação internacional e (iii) aumento de D&A como consequência do aumento de CAPEX.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as outras despesas operacionais foram de R\$58,5 milhões, representando uma redução de 76,9% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando as outras despesas operacionais foram de R\$252,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da não incidência de gastos com a COVID-19 e das despesas com reestruturação (encerramentos de lojas e escritórios, indenizações por rescisões trabalhistas e contratação de consultorias).

### **Receitas financeiras:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Receitas financeiras foram de R\$112,5 milhões, representando um aumento de 126,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Receitas financeiras foram de R\$49,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da maior receita em comparação ao exercício social encerrado em dezembro de 2021 (i) de atualização de créditos tributários e de contas a receber pela venda de controladas (ASAIC e Osklen), no montante de R\$36,3 milhões e (ii) de aplicações financeiras, no montante de R\$ 29,3 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Receitas financeiras foram de R\$49,6 milhões, representando um aumento de 7,6% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando as Receitas financeiras foram de R\$46,1 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da (i) maior receita de atualização monetária de créditos tributários e do valor a receber pela venda da Alpargatas Argentina, no montante de R\$ 11,2 milhões. em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2021; e (ii)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

menor receita de aplicações financeiras, no montante de R\$ 29,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 24,1 milhões em 31 de dezembro de 2021.

### **Despesas financeiras:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas financeiras foram de R\$90,9 milhões, representando um aumento de R\$60,5 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Despesas financeiras foram de R\$30,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de acréscimo em despesas com (i) descontos concedidos por antecipação de recebíveis no valor de R\$11,3 milhões; (ii) juros sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$24,6 milhões; (iii) impostos sobre receitas/operações financeiras no valor de R\$11,6 milhões e (iv) juros passivos no valor de R\$8,8 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas financeiras foram de R\$30,4 milhões, representando uma redução de R\$108,3 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando as Despesas financeiras foram de R\$138,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da liquidação, no segundo semestre, dos empréstimos captados em função do surto da COVID-19.

### **Variação cambial líquida:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Variação cambial líquida foi de R\$241,2 milhões, representando um aumento de 217,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a Variação cambial líquida foi de R\$76,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) do impacto negativo da desvalorização do dólar/euro sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas e (ii) da receita de variação cambial no montante de R\$275,9 milhões referente a atualização do saldo a pagar pela aquisição em dezembro de 2021 da participação societária na Rothys.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Variação cambial líquida foi de R\$76,0 milhões, representando um aumento de 252,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando a Variação cambial líquida foi de R\$21,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) do impacto positivo da valorização do dólar/euro sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas e (ii) da receita de variação cambial no montante de R\$59,0 milhões pela atualização do saldo a pagar pela aquisição em dezembro de 2021 da participação societária na Rothys.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Perda em operações com derivativos:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de R\$193,0 milhões com derivativos deveu-se à contratação de instrumento financeiro de hedge para compensar a variação cambial do contas a pagar pela aquisição da Rothys.

### **Imposto de Renda e contribuição social:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$87,2 milhões, representando um aumento de R\$35,3 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a receita de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$51,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela (i) redução da base cálculo, gerando menor despesa de IRPJ no montante de R\$87,6 milhões; (ii) ausência em 2022 do benefício por distribuição de juros sobre capital próprio, reconhecido em 2021 no montante de R\$35,0 milhões; (iii) perda de R\$49,6 milhões por não reconhecer em 2022 a receita de imposto diferido e equalização de taxas das subsidiárias no montante de R\$34,3 milhões e em 2021 a despesa de imposto diferido e equalização de taxas no montante de R\$15,3 milhões; (iv) ausência em 2022 do reconhecimento de crédito de Imposto de renda e contribuição social sobre Selic de indêbitos tributários, reconhecido em 2021 no montante de R\$47,5 milhões e (vi) ganho superior em 2022 no montante de R\$8,8 milhões referente incentivos fiscais de ICMS e IRPJ.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesa de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$51,9 milhões, representando um aumento de R\$60,8 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando a receita de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$8,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do (i) aumento da base cálculo, gerando despesa adicional de R\$165,5 milhões; (ii) benefício de R\$35,0 milhões por distribuição de juros sobre capital próprio; (iii) ganho de R\$65,6 milhões por não reconhecer em 2021 a despesa de imposto diferido e equalização de taxas das subsidiárias no montante de R\$17,2 milhões e em 2020 a receita de imposto diferido e equalização de taxas no montante de R\$48,4 milhões; (iv) perda de R\$24,8 milhões pelo reconhecimento de receita dos impostos diferidos referente ao impairment do ágio da Argentina no exercício anterior; (v) reconhecimento de crédito de Imposto de renda e contribuição social sobre Selic de indêbitos tributários no montante de R\$49,0 milhões e (vi) perda de R\$28,8 milhões pelo crédito fiscal por equalização de taxa de operação descontinuada no exercício anterior.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	271,0	714,5	227,9
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
<b>Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente</b>	<b>(92,1)</b>	<b>(242,9)</b>	<b>(77,5)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(63,2)	-	-
Benefício dos juros sobre o capital próprio	-	35,0	-
Subvenção para investimento - ICMS	78,0	73,3	73,9
Subvenção fiscal federal - IRPJ	-	19,0	17,7
Prejuízo fiscal não constituído e ajustes de equalização de taxas de controladas	(34,4)	17,2	(48,4)
Impairment ágio Argentina	-	-	24,8
Créditos de IR/CS sobre SELIC de indêbitos	1,5	49,0	-
Crédito fiscal por equalização de taxa de operação descontinuada	23,7	(1,8)	27,0
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(0,7)	(0,6)	(8,5)
<b>Total despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(87,2)</b>	<b>(51,9)</b>	<b>8,9</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>32,2%</b>	<b>7,3%</b>	<b>-3,9%</b>

### Resultado das operações descontinuadas

#### **Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A - Osklen**

Em novembro de 2021, a Companhia celebrou com a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A contrato para alienação da totalidade de sua participação na Osklen, correspondente a 60% do capital social da Osklen. O valor de venda está condicionado ao atingimento pela Osklen de determinadas métricas de desempenho nos exercícios de 2022 e 2023. No exercício de 2022 essas métricas de desempenho não foram atingidas.

#### **Mizuno**

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia celebrou com a Vulcabras Azaleia – CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. ("Comprador") um contrato de compra e venda para alienação de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca "Mizuno" no Brasil. Durante o segundo trimestre de 2021, a Companhia efetuou a conclusão da venda da operação de Mizuno e com isso, efetuou a baixa dos saldos patrimoniais relacionados a esta operação.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Alpargatas Argentina

Em março de 2020, a Companhia concluiu a venda da subsidiária Alpargatas Argentina.

Os resultados das operações descontinuadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

R\$ milhões	2022	2021	2020
Alpargatas Argentina	-	-	16,1
Operação Mizuno	(1,7)	(21,1)	(97,7)
Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A - Osklen	(73,5)	51,1	(28,3)
<b>Resultado das operações descontinuadas</b>	<b>(75,2)</b>	<b>30,0</b>	<b>(109,9)</b>

### FLUXO DE CAIXA:

R\$ milhões	2022	2021	2020	Variação	
				2022/2021	2021/2020
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(638,2)	778,0	311,8	(1.416,2)	466,2
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.796,5)	(685,8)	(117,7)	(2.110,7)	(568,1)
Caixa líquido captado (utilizado) nas atividades de financiamento	3.509,8	(211,5)	(90,2)	3.721,3	(121,3)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(10,8)	9,5	22,9	(20,3)	(13,4)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>64,3</b>	<b>(109,8)</b>	<b>126,7</b>	<b>174,2</b>	<b>(236,6)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	583,2	693,0	566,3	(109,8)	126,7
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	<u>647,5</u>	<u>583,2</u>	<u>693,0</u>	<u>64,3</u>	<u>(109,8)</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>64,3</b>	<b>(109,8)</b>	<b>126,7</b>	<b>174,2</b>	<b>(236,6)</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa e equivalentes de caixa teve um acréscimo em R\$64,3 milhões ante ao mesmo período de 2021, principalmente (i) por consumo de caixa das atividades operacionais em R\$638,2 milhões, principalmente por investimento no capital de giro e pagamento de derivativos de hedge para compensar a variação cambial do contas a pagar da Rothy's; (ii) pagamento de R\$2.130,1 pela compra de loasys e Rothy's; (iii) investimento em imobilizado e intangível (Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, que visa a ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria no nível de serviço), projeto de transformação digital, inovação e outros no montante de R\$701,0 milhões; (iv) captação de empréstimos e financiamento, líquido do pagamento de principal no montante de R\$1.171,1 (principalmente pela emissão de debêntures); (v) pagamento de R\$89,3 milhões de juros sobre capital próprio e dividendos e (vi) captação de R\$2.451,2 milhões de pela oferta de ações restritas, líquida dos custos da oferta.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do caixa e equivalentes de caixa foi reduzido em R\$109,8 milhões ante ao mesmo período de 2020, principalmente (i) por geração de caixa das atividades

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operacionais em R\$778,0 milhões; (ii) investimento de R\$377,0 nas aquisições da loasys e Rothy's; (iii) investimento em imobilizado em intangível (expansão do processo fabril, manutenção e modernização das fábricas, sistemas de gestão e melhorias de processos) no montante de R\$348,0 milhões; (iv) geração de R\$29,8 de caixa pela venda da operação descontinuada; (v) pagamento de R\$148,6 milhões de juros sobre capital próprio e dividendos; (vi) pagamento de principal de R\$35,5 de empréstimos e financiamentos, líquidos de captação e (vii) variação cambial positiva de R\$9,5 milhões proveniente do caixa e equivalentes de caixa das subsidiárias internacionais.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Resultado operacional e financeiro

#### a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações próprias nos Estados Unidos, Europa, China, Índia, e na Colômbia, além das exportações diretas. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2032. O valor dessas subvenções registradas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$224,9 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o valor dessas subvenções foi de R\$216,6 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$219,5 milhões.

##### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$55,7 milhões, sendo principalmente (i) R\$44,6 milhões de despesas relacionadas a produtos fora de linha, que não serão vendidos nos EUA e China, dada a reestruturação comercial nesses países; (ii) R\$31,4 milhões relativo à despesas com reestruturação na região EMEA/APAC que incluiu desligamento de pessoal, por simplificação de estrutura e mudança do parceiro logístico na Europa; (iii) R\$33,4 milhões com despesas de M&A (Rothy's); (iv) R\$17,9 milhões de despesas com reestruturação de serviço de terceiros – centro de serviços compartilhados; (v) R\$6,2 milhões de despesas de baixa de ativos em função do projeto de reconfiguração industrial – Masterplan e (vi) R\$82,9 milhões de receita com variação cambial (R\$275,9), líquida de despesas com instrumento financeiro de hedge (R\$193,0) referente à atualização do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o ganho tributário de R\$52,3 milhões referente ação judicial que discute a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização monetária pela taxa Selic de débitos tributários e R\$59,0 milhões de receita de variação cambial relativa à atualização do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

Em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$321 milhões, sendo (i) R\$111 milhões relacionados ao fechamento de escritórios e lojas; (ii) R\$59,1 milhões com gastos relativos à Covid19 (doações, parada obrigatória, funcionários afastados, entre outros); (iii) R\$50 milhões com contratação de consultorias e (iii) R\$88 milhões de despesas financeiras com empréstimos contratados para proteger a liquidez da Companhia por conta do surto do COVID-19.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### iii. **Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 5,9% em relação ao ano de 2021, devido ao:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de 6%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 17,3%;
- Impacto cambial negativo de 5,4%, principalmente em razão da valorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 25,6% em relação ao ano de 2020, devido ao:

- Volume de vendas cresceu, gerando um impacto de 13%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 8,1%;
- Impacto cambial positivo de 4,3%, principalmente em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 5,1% em relação ao ano de 2019, devido ao:

- Volume de vendas em queda gerando um impacto de 5,5%
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 2,7%;
- Impacto cambial positivo de 7,8%, principalmente em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

### iv. **Impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

O câmbio e o preço das commodities têm parcela significativa no comportamento dos preços das matérias-primas utilizadas pela Companhia, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias, que tem o preço atrelado ao dólar.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comprado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto do câmbio causou: (i) redução na receita operacional líquida de R\$68 milhões, representado decréscimo de 1,7%; e (ii) redução de R\$29 milhões no custo das matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 se comprado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o impacto do câmbio causou: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$38 milhões, representado acréscimo de 1,2%; e (ii) acréscimo de R\$36 milhões no custo das matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 se comprado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o impacto do câmbio causou: (i) um aumento na receita operacional líquida de R\$248 milhões, representado acréscimo de 7,6%, e (ii) acréscimo de R\$81 milhões no custo das matérias primas.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

R\$ milhões	2022	2021	2020
<b>Ativo</b>			
Recebíveis de exportação	14,7	37,9	17,4
Contas a receber de clientes	278,8	217,2	235,9
<b>Total do ativo</b>	<b>293,5</b>	<b>255,1</b>	<b>253,2</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	124,3	163,5	165,1
"Royalties" a pagar	10,3	14,2	11,3
Contas a pagar pela aquisição de empresa (Rothy's)	-	2.360,6	-
<b>Total do passivo</b>	<b>134,6</b>	<b>2.538,3</b>	<b>176,5</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>158,9</b>	<b>2.283,1</b>	<b>76,8</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1,4
<b>Total da exposição</b>	<b>158,9</b>	<b>2.283,1</b>	<b>75,4</b>

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, "royalties", contas a pagar por aquisição de participação societária e saldos em bancos de recebíveis de exportação em moeda estrangeira.

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

### **2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Opiniões modificadas e ênfase no parecer do auditor**

#### **a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não aplicável.

#### **b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não aplicável.



## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, a introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária**

**Aquisição da Rothy's**

Em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 49,90% de participação societária da Rothy's Inc. ("Rothy's"), que atua na fabricação e comercialização de calçados e acessórios com sede na Califórnia, Estados Unidos da América.

A Rothy's é uma empresa focada em sustentabilidade na fabricação de seus produtos, transformando materiais reciclados em calçados, bolsas e acessórios modernos. Com uma cadeia de suprimentos verticalmente integrada, a Rothy's minimiza o desperdício em seu processo de produção ("tricotando" cada produto) em sua fábrica em Dongguan, China. Com mais de 2.000 clientes, os produtos da Rothy's são vendidos diretamente online e por meio de lojas monomarca. A Rothy's foi reconhecida por premiações que incluem TIME Most Influential Companies, Fast Company Most Innovative Companies, Forbes Next Billion-Dollar Startups e Inc. Best Places to Work. Com sede em São Francisco, CA, com escritórios em Nova York, NY e Xangai, China.

A transação foi formalizada nas seguintes etapas:

- i. Primeiro closing de aquisição primária no valor de US\$50, equivalentes a R\$286, pagos pela Companhia, em dezembro de 2021.
- ii. Segundo closing de aquisição primária no valor de US\$150, equivalentes a R\$717,4 que ocorreu em março de 2022.
- iii. Aquisição secundária no valor de US\$273,2 equivalentes a R\$1.367,5, ocorrida em maio de 2022, na qual a Companhia adquiriu ações, opções ou direitos de subscrição (warrants) dos acionistas vendedores da Rothy's.

A Companhia possui os direitos de um acionista minoritário relevante com indicação individual de quatro membros do conselho de administração, num total de nove membros.

Esta aquisição representa um passo importante na aceleração da expansão global da Alpargatas e na consolidação de sua estratégia em ser uma powerhouse de marcas desejadas e

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

hiperconectadas, alinhada com seus quatro pilares estratégicos: global, inovadora, digital e sustentável. A Rothy's continuará operando de forma independente, e, conforme previsto nos Transaction Agreements, a Alpargatas terá um papel estratégico para acelerar o crescimento da base de clientes e ampliar o conhecimento da marca Rothy's nos Estados Unidos e nos mercados internacionais.

A Companhia possui ainda uma opção de compra da totalidade das ações da Rothy's, que poderá ser exercida, à critério da Alpargatas até dezembro de 2025. A fonte de recursos necessária para o pagamento da operação, foi proveniente, majoritariamente, da emissão de ações da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve exercícios de stock-options detidas por executivos da Rothy's que fazem parte do programa de atração, retenção e alinhamento da Companhia. Como consequência desses exercícios, houve uma emissão de novas ações num montante total de 1,24% do número total de ações da Rothy's. Dessa forma, a participação da Alpargatas foi diluída de 49,90% para 49,29%.

### **Venda de participação na Osklen**

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda, no qual se comprometeu a alienar toda a sua participação na Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen") que corresponde a 60% do capital social da Osklen ("Operação").

Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu a operação de alienação da Osklen.

O preço da venda foi de R\$117,9 milhões para recebimento em 3 parcelas, sendo a primeira no primeiro aniversário do fechamento da Operação (esta parcela foi recebida no dia 03 de outubro de 2022) e as demais no segundo e terceiro aniversários do fechamento da Operação, sendo todas corrigidas pela variação positiva do CDI desde a data de celebração do Contrato até o pagamento de cada uma das parcelas. Esse valor poderá ser ajustado até o limite de R\$60, condicionado ao atingimento pela Osklen de determinadas métricas de desempenho nos exercícios de 2022 e 2023. No exercício de 2022 essas métricas de desempenho não foram atingidas.

### **Aquisição da Ioasys Desenvolvimento de Software Ltda. e da Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda.**

Em 7 de maio de 2021, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% do capital social de Ioasys Desenvolvimento de Software Ltda. e Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (conjuntamente denominadas "Ioasys") mediante a assinatura do respectivo Contrato de Compra e Venda de Quotas e o pagamento da primeira parcela do preço, no montante de R\$89,2 milhões.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

O valor remanescente do preço de até R\$110 milhões, será pago ao longo de 5 (cinco) anos, parte em dinheiro e parte em ações da Alpargatas, a critério da Companhia, sendo que uma parcela está atrelada ao atingimento de determinadas metas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía o saldo a pagar de R\$77,1 milhões no longo prazo, tendo em vista o pagamento realizado em 06 de julho de 2022 no valor de R\$43,7 milhões.

Essa aquisição representou um importante passo na transformação digital da Alpargatas com foco na experiência do usuário.

### **Venda da Operação de Mizuno**

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia celebrou com a Vulcabras Azaleia – CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (conjuntamente denominadas “Vulcabras”) um Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca “Mizuno” no Brasil, que compreende os ativos (excluindo ativos industriais) e as atividades de comercialização dos produtos “Mizuno” (incluindo os canais de e-commerce e as lojas operados exclusivamente sob a marca “Mizuno”), bem como a relação contratual com Mizuno Corporation.

O fechamento da operação esteve sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a segregação de tal unidade de negócio em uma nova sociedade, a assinatura entre Vulcabras e Mizuno Corporation de um contrato de distribuição e a aprovação da operação junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A avaliação base do negócio foi de R\$200,0 milhões, fundamentada no montante de seu capital de giro. A estrutura de pagamento foi da seguinte forma: (a) os recebíveis não foram transferidos para a Vulcabras, no montante de R\$ 160,0 milhões; (b) A Vulcabras adiantou R\$ 10,0 milhões até o fechamento da operação e o preço final foi definido pelo saldo do estoque apurado na data do fechamento da operação, incluindo o valor dos ferramentais.

A realização desta operação está em linha com o planejamento estratégico, intensificando o plano de crescimento através de investimentos em tecnologia e inovação, priorizando a expansão global, digital e de portfólio das marcas Havaianas.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada, sem qualquer restrição, pelo CADE, a operação de alienação. Mencionada aprovação foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2020, sob Despacho SG nº 1550/2020, e foi confirmada após 15 dias (prazo para eventual interposição de recurso contra a aprovação).

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia concluiu a primeira etapa de venda. Nessa primeira etapa foi efetuada: (a) a transferência da totalidade das quotas detidas pela Companhia em uma sociedade recém constituída, que detém os ativos e empregados da Operação que não sejam relativos às lojas Mizuno ou e-commerce de Mizuno, (b) a cessão da relação contratual com a

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Mizuno Corporation, e (c) os demais atos de fechamento da operação, conforme originalmente previsto no contrato, exceto dos atos do segundo fechamento.

O segundo fechamento ocorreu em 31 de março de 2021, quando a Companhia efetuou a transferência da totalidade da participação societária por ela detida em uma nova sociedade, constituída como veículo para a transferência dos ativos e empregados relativos às lojas Mizuno e os ativos Mizuno relativos à operação de e-commerce.

### **Venda de participação na Alpargatas Argentina ("ASAIC")**

Em 2020, a Companhia vendeu sua participação na Alpargatas S.A.I.C. ao Sr. Carlos Roberto Wizard Martins ("Comprador"). O preço da venda da totalidade das ações da ASAIC foi de R\$260 milhões, que incluiu o valor de R\$40 milhões, já recebido. O recebimento do saldo de R\$220 milhões remanescente se daria em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, corrigidas, sendo a primeira parcela devida no terceiro aniversário da data de fechamento da opção de compra.

O comprador descumpriu obrigações de prestação de garantias previstas no Acordo e também não realizou o pagamento da primeira parcela em março de 2023. Em razão do descumprimento, a Companhia declarou o vencimento antecipado das parcelas restantes do preço remanescente e ingressou com processo de execução judicial.

O comprador também instaurou procedimento arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) para discutir o descumprimento do Acordo pelas partes ("Procedimento Arbitral"). O Procedimento Arbitral se encontra em um estágio inicial, mas, pela análise preliminar das manifestações do Comprador, a Companhia, em conjunto com seus assessores legais, acredita que os pedidos do Comprador são infundados.

A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para a defesa de seus direitos na Execução Judicial e no Procedimento Arbitral.

### **c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda).**

**a) Informar o valor das mediações não contábeis**

EBITDA, EBITDA Ajustado Operações Continuadas, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, derivada de nossas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e consiste no lucro líquido do exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido (receitas financeiras, composta por rendimentos de aplicações financeiras, atualização monetária de créditos tributários e outras; despesas financeiras, composta por juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamentos e outras, além de Ganhos em operações com derivativos, Perdas em operações com derivativos e Variação cambial líquida), pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas se refere ao EBITDA que foi ajustado para excluir o Resultado das operações descontinuadas, quais sejam: (i) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a venda da Osklen e despesas residuais da operação da marca Mizuno (ii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a venda da Osklen e a despesas da venda da operação da marca Mizuno e (ii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, venda da Osklen, venda da operação da marca Mizuno e da Alpargatas Argentina (ASAIC).

O EBITDA Ajustado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se refere a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativos a contrato de centro de serviços compartilhados. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, se refere as despesas com operações de compra e venda de participações de sociedades e ativos (M&A). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, se refere a despesas (a) relacionadas a COVID-19 (e.g., doações, mão de obra por parada obrigatória, afastamento médico, as disposições da Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020 vigente à época, demais despesas de fabricação) e (b) despesas com reestruturação da Companhia, relacionadas a encerramento de lojas e escritórios, indenizações por rescisões trabalhistas e serviços de consultorias.

## 2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas é um indicador calculado através da divisão do EBITDA Ajustado Operações Continuadas pela Receita Operacional Líquida do período. Já a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Operacional Líquida do período.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

Seguem, abaixo, os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Operações Continuadas e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(R\$ milhões, exceto percentuais)	2022	2021	2020
<b>EBITDA</b>	289,4	780,0	315,4
<b>EBITDA Ajustado Operações Continuadas</b>	550,5	750,0	425,3
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	689,1	761,7	598,7
<b>Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas</b>	13,2%	19,0%	13,5%
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	16,5%	19,2%	19,0%

### Posição Financeira Líquida

A Posição Financeira Líquida é mensurada como Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, menos Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante. Posição Financeira Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras estão disponíveis para pagar os Empréstimos e Financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

(R\$ milhões)	2021	2020	2020
<b>Posição Financeira Líquida</b>	(612,3)	481,5	461,1

## 2.5 Medições não contábeis

### ROAE (Return on Average Equity)

O ROAE (Return On Average Equity) consiste no lucro líquido do exercício dividido pelo patrimônio líquido médio (calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior) da Companhia ("ROAE").

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O ROAE não possui um significado padrão e, desta forma, outras empresas podem calcular o ROAE de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores do ROAE para os três últimos exercícios sociais:

(Em percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
ROAE	2,4%	21,4%	4,4%

### b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e da Margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

CÁLCULO DO EBITDA (R\$ milhões)	2022	2021	2020
Lucro líquido do exercício	108,5	692,6	126,9
Resultado financeiro	(69,8)	(95,3)	68,3
Receitas financeiras	(112,5)	(49,6)	(46,1)
Despesas financeiras	90,9	30,4	138,7
Ganhos em operações com derivativos	-	(4,7)	(5,8)
Perdas em operações com derivativos	193,0	4,6	3,1
Variação cambial líquida	(241,2)	(76,0)	(21,6)
Imposto de renda e contribuição social	87,2	51,9	(8,9)
Corrente	17,5	(6,0)	14,4
Diferido	69,7	57,9	(23,3)
Depreciação e amortização	163,5	130,8	129,1
(=) EBITDA	289,4	780,0	315,4
Resultado das operações descontinuadas	75,2	(30,0)	109,9
Equivalência patrimonial	185,9	-	-
(=) EBITDA Ajustado Operações continuadas	550,5	750,0	425,3
Despesas de arrendamento IFRS16	-	-	(59,2)

## 2.5 Medições não contábeis

Saldo de outras (receitas) despesas não usuais e com característica de não recorrentes <sup>(1)</sup>	138,6	11,7	232,6
<b>(=) EBITDA Ajustado<sup>(2)</sup></b>	<b>689,1</b>	<b>761,7</b>	<b>598,7</b>
Receita operacional líquida	4.181,9	3.948,6	3.143,3
Margem EBITDA Ajustado Operações continuadas	13,2%	19,0%	13,5%
Margem EBITDA Ajustado	16,5%	18,2%	19,0%

(1) O saldo de outras despesas (receitas) não usuais e com característica de não recorrentes corresponde: (i) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativo a contrato de centro de serviços compartilhados; (ii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesas com operações de compra e venda de participações de sociedades e ativos (M&A) e (iii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, despesas (a) relacionadas a COVID-19 (e.g., doações, mão de obra por parada obrigatória, afastamento médico, as disposições da Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020 vigente à época, demais despesas de fabricação) e (b) despesas com reestruturação da Companhia, relacionadas a encerramento de lojas e escritórios, indenizações por rescisões trabalhistas e serviços de consultorias. Os eventos originadores do Saldo de outras (receitas) despesas são considerados, no entendimento da Companhia, como não usuais e com característica de não recorrentes.

(2) O EBITDA Ajustado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar as receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Posição Financeira Líquida para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

<b>CÁLCULO DA POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA (R\$ milhões)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante	(1.275,3)	(110,5)	(243,9)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante	663,0	592,0	705,0
<b>Posição Financeira Líquida</b>	<b>(612,3)</b>	<b>481,5</b>	<b>461,1</b>

A tabela abaixo evidencia os nossos valores do ROAE nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
(Em R\$ mil, exceto percentuais)	<b>2021</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	108,5	692,6	126,9
Patrimônio Líquido	5.759,8	3.467,2	3.018,6
Patrimônio Líquido Médio <sup>(1)</sup>	4.613,5	3.242,9	2.876,6
<b>ROAE</b>	<b>2,4%</b>	<b>21,4%</b>	<b>4,4%</b>

(1) Calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior ao base.



## 2.5 Medições não contábeis

### **c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser medida prática para aferir o desempenho operacional e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição ao lucro líquido, fluxo de caixa e/ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias. Não obstante, o EBITDA possui um significado padrão, nos termos do Art. 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas foram apresentadas para demonstrar o desempenho operacional das operações continuadas da Companhia, excluindo aquelas que foram classificadas como ativo mantido para venda, quais sejam: (i) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a venda da Osklen e despesas residuais da operação da marca Mizuno; (ii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a venda da Osklen e a conclusão da venda da operação da marca Mizuno e (iii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, venda da Osklen, venda da operação da marca Mizuno e da Alpargatas Argentina (ASAIC). Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, funcionam como medidas não contábeis utilizadas pela administração da Companhia para medir o desempenho operacional, excluindo receitas ou despesas que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional (por exemplo, IFRS16 e ajustes de receitas/despesas extraordinárias), pois facilita a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos. A Companhia entende que essas medidas auxiliam na compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa, excluindo receitas ou despesas não usuais e com característica de não recorrentes ou que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional. Além disso, a Companhia acredita que os indicadores acima descritos oferecem aos investidores informação adicional para uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativas para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicadores de liquidez.

## 2.5 Medições não contábeis

Também não têm uma definição padronizada e podem não ser comparáveis aos mesmos indicadores utilizados por outras companhias.

A divulgação de informações sobre a Posição Financeira Líquida visa a apresentar visão geral da posição financeira da Companhia na gestão dos negócios da Companhia. A Companhia entende que essa medida funciona como ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

A divulgação da medição do ROAE (Return on Average Equity) é útil para a avaliação do nosso resultado e do nosso retorno em relação ao nosso patrimônio líquido médio, pois é uma ferramenta comparativa significativa para mensurar o desempenho operacional e, assim, embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não ocorreram eventos subsequentes após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, cuja emissão foi autorizada em 09 de fevereiro de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Comentários sobre a destinação dos resultados sociais

A destinação dos resultados da Alpargatas, nos três últimos exercícios sociais, seguiu o estabelecido em seu Estatuto Social, bem como na sua Política de Destinação de Resultados, a qual replica em seu texto as disposições do Estatuto Social referentes às regras de destinação de resultado da Companhia, conforme descritos a seguir:

	2022	2021	2020
<b>(a)</b> <b>Regras sobre retenção de lucros.</b>	O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 30 prevê que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem. O parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável. O parágrafo 2º prevê que por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir: (i) meios financeiros para a operação da Companhia; (ii) recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações; e (iii) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital nas empresas participadas; sendo tal	O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 30 prevê que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem. O parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável. O parágrafo 2º prevê que por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir: (i) meios financeiros para a operação da Companhia; (ii) recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações; e (iii) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital nas empresas participadas; sendo	O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 30 prevê que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem. O parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável. O parágrafo 2º prevê que por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir: (i) meios financeiros para a operação da Companhia; (ii) recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações; e (iii) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital nas empresas participadas; sendo

## 2.7 Destinação de resultados

	<p>Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no §1º deste Artigo, não podendo exceder 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.</p> <p>O parágrafo 3º prevê que o saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, com base em proposta a ser feita pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.</p>	<p>tal Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no §1º deste Artigo, não podendo exceder 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.</p> <p>O parágrafo 3º prevê que o saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, com base em proposta a ser feita pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.</p>	<p>tal Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no §1º deste Artigo, não podendo exceder 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.</p> <p>O parágrafo 3º prevê que o saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, com base em proposta a ser feita pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.</p>
<b>(b)</b> <b>Regras sobre distribuição de dividendos.</b>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo Art. 30, parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após as destinações legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo Art. 30, parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após as destinações legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo Art. 30, parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após as destinações legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p>
<b>(c)</b> <b>Periodicidade das distribuições de dividendos.</b>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 32 prevê que o dividendo de cada exercício poderá ser pago antecipadamente em quatro ou mais parcelas trimestrais ou em intervalos menores, por conta do resultado do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de lucros, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76 ou na forma de juros sobre</p>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 32 prevê que o dividendo de cada exercício poderá ser pago antecipadamente em quatro ou mais parcelas trimestrais ou em intervalos menores, por conta do resultado do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de lucros, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76 ou na forma de juros sobre</p>	<p>O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 32 prevê que o dividendo de cada exercício poderá ser pago antecipadamente em quatro ou mais parcelas trimestrais ou em intervalos menores, por conta do resultado do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de lucros, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76 ou na forma de juros sobre</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	<p>capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p> <p>O parágrafo 1º prevê que as antecipações de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio serão declaradas pelo Conselho de Administração, e serão lastreadas nos últimos balanços trimestrais e de encerramento do exercício, conforme o caso. O parágrafo 2º prevê que o dividendo e/ou os juros sobre capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral que o declarar, sendo que o parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que a Assembleia Geral poderá estender o prazo de pagamento do dividendo indicado acima, desde que dentro do exercício social em que foi declarado.</p>	<p>capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p> <p>O parágrafo 1º prevê que as antecipações de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio serão declaradas pelo Conselho de Administração, e serão lastreadas nos últimos balanços trimestrais e de encerramento do exercício, conforme o caso. O parágrafo 2º prevê que o dividendo e/ou os juros sobre capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral que o declarar, sendo que o parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que a Assembleia Geral poderá estender o prazo de pagamento do dividendo indicado acima, desde que dentro do exercício social em que foi declarado.</p>	<p>capital próprio nos termos da legislação aplicável.</p> <p>O parágrafo 1º prevê que as antecipações de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio serão declaradas pelo Conselho de Administração, e serão lastreadas nos últimos balanços trimestrais e de encerramento do exercício, conforme o caso. O parágrafo 2º prevê que o dividendo e/ou os juros sobre capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral que o declarar, sendo que o parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que a Assembleia Geral poderá estender o prazo de pagamento do dividendo indicado acima, desde que dentro do exercício social em que foi declarado.</p>
<p><b>(d)</b> <b>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</b></p>	<p>Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 31 diz que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.</p>	<p>Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 31 diz que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.</p>	<p>Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 31 diz que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.</p>
<p><b>e)</b> <b>Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e,</b></p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2021 ("Política de Destinação de Resultados").</p> <p>A última versão da Política de Destinação de Resultados está disponível para consulta no</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2021 ("Política de Destinação de Resultados").</p> <p>A última versão da Política de Destinação de Resultados está disponível para consulta no</p>	<p>As regras existentes encontram-se discriminadas no Estatuto Social da Companhia.</p>

2.7 Destinação de resultados

<b>caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.</b>	website da Companhia (ri.alpargatas.com.br).	website da Companhia (ri.alpargatas.com.br).	
---	--	--	--

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.



## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10. Plano de Negócios

#### a) Investimentos

##### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No ano de 2022, foram investidos R\$701 milhões, dos quais: (i) R\$ 458 milhões direcionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística ("ILEP"), que visa à ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria do nível de serviço; e (ii) R\$ 243 milhões em projetos de transformação digital, inovação, TI e outros investimentos.

Em Fevereiro de 2023 a Administração da Companhia aprovou investimento (CAPEX) total de R\$ 442 milhões em 2022, dos quais: (i) R\$ 378 milhões direcionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística ("ILEP"), que visa à ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria do nível de serviço; (ii) R\$49 milhões em projetos de transformação digital, inovação, TI e outros investimentos; e (iii) R\$15 milhões no projeto S4 Hana da filial dos EUA.

##### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende usar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras.

##### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos realizados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais são: (1) venda de participação na Osklen (operação concluída); (2) venda da operação de Mizuno (operação concluída); e (3) venda de participação na Alpargatas Argentina (ASAIC) (operação concluída). Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

#### b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano, foram investidos R\$701 milhões, dos quais: (i) R\$458 milhões direcionados ao ILEP e (ii) R\$243 milhões a projetos de transformação digital, inovação, TI e outros investimentos.

## 2.10 Planos de negócios

- c) Novos produtos e serviços: (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços; (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados e (v) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A Companhia realiza investimentos permanentes em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. As coleções de sandálias, calçados e vestuários são renovadas anualmente. O gasto com pesquisa e desenvolvimento de produtos em 2022 foi de R\$24,7 milhões, 2021 foi de R\$21,0 milhões e em 2020 foi de R\$21,9 milhões.

**d) Oportunidades inseridas no plano de negócios relacionados a questões ASG**

A Companhia conta hoje com uma Estratégia de Sustentabilidade, desdobrada diretamente a partir de nossa Estratégia Corporativa, que tem por objetivo direcionar e traduzir a todos os nossos públicos de relacionamento o nosso compromisso com a continuidade e a qualidade do nosso negócio, e com a sociedade na qual estamos inseridos. Nossos 4 pilares de crescimento sinalizam para um futuro inovador, conectado e global, pautado na geração de valor para o nosso negócio, sociedade e meio ambiente. Esses são os resultados a serem perseguidos e que sustentarão o nosso business.

A Estratégia de Sustentabilidade da Alpargatas se desenvolveu com base nos temas que são mais materiais para o negócio e para as partes que, direta ou indiretamente, se relacionam com ele. O levantamento desses temas se deu a partir de uma extensa pesquisa com diferentes stakeholders e buscou capturar e traduzir a grande diversidade de visões, compreensões e expectativas sobre empresa. Como resultado do processo, nossos focos de atuação estratégica emergiram e, consequentemente, pautaram o desenvolvimento de nossa estratégia.

Para endereçar esses temas da maneira mais efetiva possível, convergindo esforços na busca pelos nossos grandes objetivos, a Estratégia de Sustentabilidade apresenta, então, 3 pilares principais: 1. ECONOMIA CIRCULAR, 2. OPERAÇÕES RESPONSÁVEIS e 3. D&I E DESENVOLVIMENTO LOCAL. Essa estrutura é um guia para nossa caminhada, amarrando comprometerimentos de longo prazo e atuação prática necessária. Dessa forma, buscaremos viabilizar um avanço constante e consistente nessa agenda socioambiental.

O ano da publicação foi 2022, sendo 2023 o primeiro ano de implementação. Para maiores informações, acessar: <https://alpargatas.com.br/sustentabilidade>

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores relevantes que não tenham sido comentados nos itens anteriores.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

##### a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Alpargatas possui uma Política de Gestão de Riscos que foi elaborada em 20 de janeiro de 2017, tendo sido revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2019 (“Política de Gestão de Riscos”).

O inteiro teor de nossa Política de Gestão de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.alpargatas.com.br/>) e no site da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

Como complemento a Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos de mercado, que tratam dos riscos financeiros aos quais a Companhia está exposta devido às oscilações de variáveis tais como câmbio e taxas de juros. As políticas de gerenciamento de riscos de mercado vigentes e aprovadas pela Companhia são:

- Política de Gestão de Riscos de Mercado – Aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.
- Política de Gestão de Caixa e Aplicações Financeiras - Aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.

##### b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo identificar os fatores de riscos aos quais a Companhia está exposta, avaliar o apetite a risco da companhia e realizar o monitoramento e controle para a mitigação destes riscos.

A Política de Risco Cambial tem como objetivo estabelecer diretrizes para o monitoramento do risco cambial e a execução das operações de hedge. A Política de Gestão de Caixa e Aplicações Financeiras visa garantir o alinhamento das decisões de investimento das disponibilidades com os interesses dos acionistas. Busca manter a liquidez apropriada do caixa; preservar o capital do acionista e controlar a diversificação das aplicações financeiras. Não há política de risco de mercado de preços de commodities, uma vez que a Alpargatas entende que não há instrumentos derivativos que sejam eficientes na mitigação do risco de preços das commodities em questão. No entanto, a empresa possui medidas para mitigar o risco de variação no preço/custo da borracha sintética.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### i. Riscos para os quais se busca proteção

- **Riscos Estratégicos:** Riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, da inabilidade da Alpargatas em implantar seus planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.
- **Riscos Financeiros:** Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, subdivididos nas seguintes categorias:
  - **Risco de liquidez:** é traduzido pela possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas. Este risco pode também ser classificado como risco de fluxo de caixa, dada a possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da Companhia.
  - **Risco de mercado:** este risco mede a possibilidade de perda econômica gerada pela variação nos fatores de risco de mercado aos quais os preços dos ativos, passivos e derivativos possuam sensibilidade. O horizonte de tempo da análise é tipicamente de curto prazo e inclui o risco de variação: cambial, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (commodities).
  - **Risco de crédito:** é a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira.
- **Riscos de Compliance:** Riscos decorrentes de sanções legais ou regulatórias, e de perda de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta ou das políticas da Companhia.
- **Riscos Operacionais:** Riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Riscos Cibernéticos:** Riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas, internas ou externas. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais), impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e das informações.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Alpargatas possui os seguintes instrumentos utilizados para proteção:

- Programa de Gestão de Fornecedores com avaliação financeira e documentação legal, visita técnica para homologação, auditoria de rastreabilidade e follow-up de plano de ação;
- Auditoria Interna independente para aferição da efetividade nos processos administrativos, operacionais e ambientais;
- Área de Compliance, responsável pela gestão e implantação do Programa de Compliance, incluindo a gestão do Canal de Denúncia e outras medidas para garantir a aplicação das diretrizes descritas nos Princípios de Conduta e Ética da Alpargatas, no Manual Anticorrupção e demais políticas da Companhia;
- Plano Orçamentário Anual com validação pelo Conselho de Administração e acompanhamento periódico; e
- Apólices de seguros ativas para os principais riscos (como descritos no item 4.1).

Além dos instrumentos acima mencionados, após identificação e avaliação dos riscos, a Companhia define qual o tratamento que será dado aos riscos, com base em sua criticidade e o apetite a riscos. Este conhecimento prévio dos riscos apoia a definição e priorização de esforços relativos a ações e/ou projetos.

Quanto aos riscos de mercado, a estratégia de proteção quanto ao risco cambial e taxas de juros envolve a contratação de operações de hedge, e está relacionada com o impacto das operações em moeda estrangeira e de taxa de juros no fluxo de caixa da Companhia. As operações de hedge são executadas sobre as exposições descasadas mensais, ou seja, para posições que tenham proteção natural é considerada somente a parcela descoberta. São escolhidos os instrumentos derivativos elegíveis que melhor se adaptem às condições de mercado e que mitiguem a exposição ao risco cambial e de taxa de juros. É de responsabilidade da área de Administração Financeira se certificar de que as operações sejam elaboradas dentro dos parâmetros justos de mercado. Todas as operações realizadas deverão ter cotação de no mínimo três instituições financeiras.

Os instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge são: contratos de Swap; contrato a termo (NDF – non-deliverable forward) e compras de opções de compra (call) e venda de opções de venda (put) de moeda sem alavancagem.

A Companhia segrega as exposições cambiais de fluxo de caixa entre realizadas (certeza) e projetadas e faz hedge de 100% do realizado para os três meses seguintes ao mês de apuração das exposições e faz hedge de 40% a 100% das exposições projetadas. Mensalmente, essas projeções são revisadas a fim de que, caso necessário, a Companhia realize os devidos ajustes nas operações de derivativos contratadas de modo a manter o enquadramento dentro dos intervalos

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de proteção citados acima. Na presente data a Companhia não tem nenhum instrumento de hedge cambial contratado.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados não têm outro objetivo além de proteção contra o risco cambial e de taxa de juros.

### iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade de cada área funcional da empresa bem como da Diretoria, porém há uma estrutura organizacional dedicada para tal fim. As áreas funcionais de Finanças e de Controles Internos são responsáveis por controles internos, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são acompanhados e avaliados anualmente pelas Auditorias Interna e Externa (como descritos no item 5.3 a) com supervisão do Comitê de Auditoria.

Apresentamos abaixo as responsabilidades segregadas pelos órgãos/áreas da administração.

#### Conselho de Administração

- Avaliar e aprovar as diretrizes gerais das estratégias de gestão de Riscos da Companhia.
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas futuras revisões;
- Avaliar a adequação e efetividade da estrutura e do processo de gestão de Riscos, com suporte do Comitê de Auditoria e demais áreas envolvidas no processo.
- Definir o nível de Appetite a Riscos, com base nos princípios e diretrizes aqui estabelecidos;
- Aprovar, mediante proposta da Diretoria e recomendação do Comitê de Auditoria, a Matriz de Risco;
- Supervisionar e aprovar a(s) Resposta(s) ao(s) Risco(s), quando necessário

#### Comitê de Auditoria

- Avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes, além do cumprimento dos dispositivos legais e normas internas aplicáveis;
- Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do informante, tais como seu anonimato e a confidencialidade da informação;



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria;
- Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.
- Assessorar o Conselho de Administração em suas atividades relacionadas à Gestão de Riscos, com base nos princípios e diretrizes aqui estabelecidos;
- Avaliar a necessidade de revisão desta Política de Gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos ao Conselho de Administração, quando necessário;
- Recomendar a metodologia a ser utilizada na condução do processo de Gestão de Riscos;
- Avaliar o nível de Appetite a Riscos, a Matriz de Risco e, conforme o caso, a(s) Resposta(s) ao(s) Risco(s) e Planos de Ação, recomendando ao Conselho de Administração sua aprovação;
- Acompanhar de forma sistemática a Gestão de Riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de Gestão de Riscos e de Controles, bem como do programa de Compliance da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração eventuais sugestões de alterações, caso entenda necessário;
- Validar os riscos corporativos, submetendo-os ao Conselho de Administração para aprovação; e
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de Gestão de Riscos, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

### Diretoria

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, incluindo o funcionamento do Modelo das 3 Linhas, e acompanhar os Planos de Ação, definindo os responsáveis e prazos de implementação;
- Analisar a Política, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a (s) à aprovação do Conselho de Administração, após análise pelo Comitê de Auditoria;
- Manifestar-se, pelo menos anualmente, sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de Gestão de Riscos e de Controles, bem como do programa de Compliance da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Comitê de Auditoria;
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de Gestão de Riscos, e
- Recomendar ao Comitê de Auditoria sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Áreas de Negócios/ Corporativas

- Atuar diretamente na Gestão de Riscos de sua área, privilegiando: a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento, de acordo com as diretrizes desta Política;
- Fornecer a documentação necessária para a área de Controles Internos referente aos Riscos identificados, reportando as informações relacionadas às suas atividades na Gestão de Riscos e de conformidade;
- Detalhar e assegurar a implementação dos Planos de Ação definidos para tratamento dos Riscos;
- Comunicar à área de Riscos tempestivamente sobre Riscos não identificados, sejam eles novos ou não, bem como mudanças nos Controles ou alterações relevantes nas rotinas ou objetivos e revisões de planejamentos;
- Desenvolver, em conjunto com a Área de Controles Internos, indicadores de monitoramento dos Riscos, critérios de classificação e propostas de limite; e
- Aprovar as políticas internas e procedimentos que direcionem as ações individuais na implementação dos conceitos de Gestão de Riscos na sua área de atuação, a fim de assegurar que as Respostas aos Riscos sejam executadas.

### Áreas de Riscos

- Propor à Diretoria o nível de Appetite a Riscos da Alpargatas e as responsabilidades relacionadas às atividades de Gestão de Riscos e escopos de atuação;
- Identificar o Responsável pelo Controle, bem como a confiança e importância do risco com base no racional aprovado, monitorando e reportando à Vice-Presidência de Finanças para o devido encaminhamento do assunto à área competente, diante da respectiva gravidade;
- Preparar relatórios periódicos de consolidação dos Riscos da Companhia e submetê-los à Vice-Presidência de Finanças;
- Apoiar os gestores de processo na definição dos Planos de Ação necessários para tratamento dos Riscos e assegurar a implementação dos Planos de Ação.

Apesar de não possuir comitê específico de gestão de risco, a Companhia possui 4 Comitês: Estratégia, Gente, Finanças e Auditoria. Tais comitês possuem caráter de assessoramento, com funções técnicas e reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Dentre suas atribuições, possuem o dever de observar e respeitar as políticas e práticas da Companhia, incluindo a Política de Gestão de Riscos.

Quanto aos riscos de mercado, o gerenciamento é de responsabilidade da Diretoria Financeira, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são avaliados anualmente pela Auditoria Interna e Externa (como descritos no item 5.3 a deste Formulário de Referência), com supervisão do Comitê de Auditoria.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em 06 de outubro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Finanças cujos membros estão descritos no item 7.4 e as principais competências de acordo com o seu regimento interno estão descritas no item 7.1 deste Formulário de Referência.

### **c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

A Companhia possui uma área dedicada de Controles Internos, e as áreas funcionais têm colaboradores e comissões internas (e.g. Comissão de Crédito, Hedge e Funding, Tributário, etc.) que também se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade das políticas de gerenciamento de risco.

Além disso, o Comitê de Auditoria da Companhia tem como competência avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes, além do cumprimento dos dispositivos legais e normas internas aplicáveis.

Acreditamos que nossa estrutura operacional e de controles internos está adequada para a verificação da efetividade da nossa Política de Gestão de Riscos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Descrição dos controles internos

#### **a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação de processo de gestão de riscos, em diferentes níveis da organização, incluindo a identificação do responsável pelo controle bem como o cálculo da probabilidade e impacto do risco.

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados periodicamente, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Área de Gestão de Riscos da Companhia deve sugerir os critérios considerados para cálculo da probabilidade e impacto dos riscos. Anualmente, a Companhia deve promover validação ou atualização de referidos parâmetros.

É realizada uma avaliação dos riscos identificados, que envolve processos dinâmicos e interativos que devem: (i) verificar quais riscos necessitam de tratamento; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de probabilidade que são utilizados para a definição do mapa de riscos.

Depois de identificados e avaliados, deve-se definir qual o tratamento que será dado aos riscos, com base em sua criticidade e o apetite a riscos. Este conhecimento prévio dos riscos apoia a definição e priorização de esforços relativos a ações e/ou projetos.

Por fim, é realizado o monitoramento dos riscos, visando assegurar a eficácia e adequação dos controles internos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gestão de riscos. O monitoramento deve ser realizado por meio de avaliações trimestrais e isentas.

A Companhia entende que a atuação da sua estrutura de gestão de riscos e controles internos são suficientes para medir a adequação dos controles, sistemas, normas e procedimentos aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, não sendo necessárias, no momento, alterações nos processos de verificação e avaliação dos controles, bem como dos órgãos envolvidos.

#### **b) estruturas organizacionais envolvidas**

As áreas de negócio possuem colaboradores capacitados e Comissões Internas responsáveis, respectivamente, pela execução e monitoramento dos controles internos.

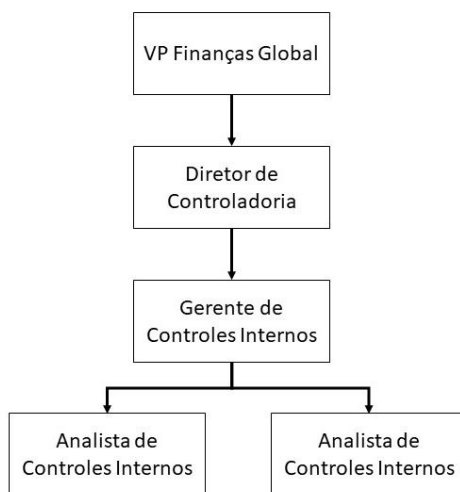
As Comissões Internas são grupos formados com participação das áreas de negócio para debater a adequação das políticas, procedimentos ou controles internos para temas específicos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

A área de Controles Internos, que reporta à área de controladoria, é responsável por avaliar os controles internos necessários para mitigar os riscos relacionados aos processos-chave da Companhia e garantir a aderência aos procedimentos e controles estabelecidos pelas áreas operacionais. Adicionalmente, é responsável por acompanhar as melhorias nos processos internos, contribuindo assim para manter um ambiente de controles adequado na Companhia.

A Auditoria Interna é a área responsável pela validação da eficiência desses controles internos da Companhia, e reporta ao Comitê de Auditoria.

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia encontra-se descrita no organograma abaixo:



**c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Administração da Companhia conta com o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” elaborado pela Auditoria Externa que contém observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da Alpargatas. Adicionalmente, a Companhia conta com o auxílio da Área de Riscos no papel de monitorar a efetividade dos controles internos e propor eventuais aprimoramentos, proporcionando à Administração auxílio nas atividades de gestão de riscos, governança e conformidade dos processos de elaboração das demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, periodicamente, os principais pontos dos relatórios de auditoria interna mais relevantes, contemplando informações relacionadas aos riscos avaliados, e o grau de maturidade do ambiente geral de controles.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Na auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores selecionam e executam procedimentos de auditoria para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, os auditores obtiveram o entendimento do ambiente da Companhia, o que inclui os controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Ao final de cada auditoria, os auditores emitem o relatório de recomendações sobre os controles internos da Companhia. No relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos emitido em 06/03/2023, encontram-se as seguintes recomendações que não são deficiências significativas, mas que são suficientes para merecer a atenção da administração:

- Ausência de manual de contabilidade do Grupo;
- Classificações das contas de despesas;
- Divergência no relatório de ativo imobilizado em andamento x saldos contábeis;
- Sistemas relevantes associados com Receita não mapeados pela Administração e portanto, não incluídos no escopo de ITGC;
- Fragilidade no processo de concessão de acesso à Rede (AD);
- Fragilidade no processo de revogação de acesso à Rede (AD);
- Ausência de política e/ou procedimentos formais de conciliação contábil;
- Integração de dados e informações entre os sistemas Portal de Vendas e SAP;
- Necessidade de implementar um processo de mapeamento de dados, incluindo dados compartilhados com nossos provedores de serviço;
- Não adoção do procedimento padrão para as demais ferramentas;
- Falha no monitoramento e acompanhamento de planos de ação atrelados a riscos de Segurança da Informação, bem como vulnerabilidades no acesso de superusuários;
- Gastos com projetos de investimentos acima do valor previamente aprovado;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Possibilidade de aprovação de projetos de investimentos em desacordo com a alçada de aprovação;
- Ausência de alçada de aprovação para postergação e reabertura de projetos de investimento;
- Possibilidade de ativação de projetos de investimento sem evidência de conclusão e/ou encerramento;
- Ausência de política e/ou procedimentos formais de e-commerce;
- Usuários incompatíveis com acesso administrativo às listas de preços brasileiras;
- Aprimoramento dos processos e de governança dos lançamentos manuais contábeis;
- Aprimoramento do processo e de governança de aprovação de cadastro de matéria-prima;
- Aprimoramento dos processos de reconhecimento de receita - mercado externo;
- Aprimoramento dos processos de governança de precificação e desconto de produtos;
- Ausência de atualização de saldo negativo de IR/CS;
- Lucros Auferidos no Exterior - ausência de cálculo;
- Pagamento a maior de CSLL;
- Ausência Tributação IPI Transferências e Revenda do Estabelecimento Varejista;
- Inconsistência entre EFD Fiscal e DAPI ICMS;
- Idoneidade de armazém geral;
- Saldo credor - ICMS;
- Saldo credor de IPI.

### Recomendação da PwC

- Recomendamos que a Companhia elabore um manual de práticas/contábeis para ser seguido por todas as controladas;
- Recomendamos que a Companhia revise as reclassificações em questão para adequada apresentação de acordo com as normas contábeis;
- Recomendamos que os sistemas em questão entrem no escopo de ITGC da Companhia com o objetivo de serem monitorados periodicamente;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Recomendamos que a Companhia elabore um processo de criação de contas de usuários de modo que a criação somente seja realizada mediante aprovação do proprietário dos aplicativos ou dados, e que a aprovação seja documentada podendo ser evidenciada por escrito ou eletronicamente, devidamente mantida e arquivada;
- Recomendamos elaborar um processo de remoção de contas de usuários com acesso a rede de modo tempestivo;
- Recomendamos elaborar políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades na gestão do processo de conciliação contábil. Adicionalmente recomendamos a divulgação de tais políticas e procedimentos para toda a Empresa e implementar um processo contínuo para assegurar que são seguidos;
- Recomendamos que a Companhia implante controles/processos para garantir que as informações dos pedidos de vendas não sejam alteradas após migração para o SAP;
- Recomendamos a elaboração de processos e controles para assegurar a adequada e tempestiva aplicação das atualizações de segurança disponibilizadas pelos provedores de tecnologia, por meio de patches de atualização. Também recomendamos que a infraestrutura que suporta o ambiente de tecnologia em escopo dos trabalhos seja parametrizada com base nas configurações de segurança da Empresa (Security Baseline), e com base nas melhores práticas e/ou recomendações do fornecedor da tecnologia;
- Recomendamos elaborar políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades nas atividades de alteração de dados, programas, parâmetros e configurações em todas as camadas de acesso ao ambiente de tecnologia: banco de dados, sistema operacional, rede e sistemas aplicativos. Adicionalmente recomendamos a divulgação de tais políticas e procedimentos para toda a Empresa e implementar um processo contínuo para assegurar que são seguidos;
- Recomendamos a elaboração de um controle de acesso/monitoramento das contas genéricas de acesso privilegiado para recursos de rede, sistema operacional, banco de dados e sistemas aplicativos (incluindo seus servidores), como root, administrador, super user, etc. Adicionalmente, recomendamos a utilização dessas contas somente em caso de exceção, além da elaboração de controles de autorização, monitoramento e limite de tempo no qual o acesso estará disponível.
- Recomendamos que a Companhia avalie a possibilidade de travas no sistema para que os gastos dos projetos não excedam os valores aprovados;
- Avaliar a possibilidade de incluir travas no sistema de modo que o valor original do orçamento do projeto seja informado, assim como na solicitação pelo SI original. Adicionalmente, recomendamos a implantação de controles de revisão para garantir que as verbas destinadas para cada projeto foram devidamente aprovadas;
- Implantar controles de aprovação para postergação e reabertura de projetos;
- Recomendamos a implantação de um controle de revisão por parte da área contábil/controladoria com o objetivo de assegurar que os gastos ativados estão em consonância com as práticas contábeis;



## 5.2 Descrição dos controles internos

- Recomendamos elaborar políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades na gestão do ecommerce brasileiro da Havaianas para os: procedimentos que definem o crédito virtual e o prazo de entrada da devolução, atividades de sinistro/sinistro, lançamento de valores em prejuízos, gestão de vales e procedimentos relacionados à falta de integração CCF Linx (Cálculo por canal financeiro). Adicionalmente recomendamos a divulgação de tais políticas e procedimentos para toda a Empresa e implementar um processo contínuo para assegurar que são seguidos;
- Recomendamos que a Companhia efetue revisão periódica dos acessos para garantir que somente usuários autorizados tenham acesso às informações de preço nos sistemas da Companhia;
- Recomenda-se ao mínimo a existência de revisão mensal para os lançamentos manuais existentes no SAP, isso envolve análise de documentação suporte para justificar a necessidade dos lançamentos e verificação de existência de aprovação para tais lançamentos;
- Assegurar que as informações foram imputadas corretamente no sistema;
- Avaliar a possibilidade de incluir controles formais, com o objetivo de assegurar a aprovação do cadastro de matéria-prima nos sistemas da Companhia. Adicionalmente, recomendamos a implantação de controles de revisão para garantir que o cadastro de matéria-prima nos sistemas da companhia, foram devidamente aprovadas;
- Recomendamos que a Companhia revise os procedimentos atuais e implante políticas e controles para assegurar que o processo de reconhecimento da receita esteja de acordo com as práticas contábeis. Além de implementar travas sistêmicas para não permitir alteração de incoterms;
- Recomendamos que a Companhia efetue revisão periódica dos acessos para garantir que somente usuários autorizados tenham acesso às informações de preço nos sistemas da Companhia;
- Recomendamos que a Companhia elabore controles de atualização mensal, aptos a capturar na competência correta (mês) os valores da atualização monetária do crédito em questão;
- Recomendamos que a Companhia reavalie os prazos atualmente praticados com as investidas no exterior para o envio das informações contábeis e financeiras, de forma a viabilizar a mensuração o ajuste dos lucros auferidos no exterior tempestivamente na apuração do IRPJ e da CSLL corrente, evitando distorções nos saldos divulgados nas demonstrações financeiras;
- Recomendamos que a Companhia escriture o devido saldo de pagamento a maior na ECF 2022 para que este passe a compor o saldo negativo e seja devidamente registrado e atualizado;
- Recomendamos que a Alpargatas realize a tributação do IPI, emita a nota fiscal complementar do IPI e retifique a obrigação acessória a fim de evitar questionamentos e penalidades pelas autoridades fiscais;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Recomendamos que a Alpargatas revise os procedimentos adotados para a escrituração do livro eletrônico de apuração do imposto de ICMS, a fim de garantir o compliance nas escriturações dos valores de ICMS DIFAL apurados;
- Recomendamos que a Alpargatas S.A avalie manter melhor controle das operações de remessa e retorno para seu depósito fechado e armazém gerais certificados;
- Recomendamos que a Alpargatas S.A avalie a expectativa de recuperação e monetização dos créditos.

### e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

- **Ausência de manual de contabilidade do Grupo**

A Companhia entende que práticas corporativas de acompanhamento mensal dos resultados e capital empregado, bem como a revisão trimestral de provisões promovem a utilização de práticas uniformes. A fim de aprimorar a uniformização das práticas no grupo, vamos avançar ao longo de 2023 na elaboração do manual nos seguintes itens: (i) definir e elaborar as principais práticas, (ii) elencar e revisar as políticas inerentes às práticas definidas e (iii) construir plano para elaboração de eventuais políticas faltantes.

- **Classificações das contas de despesas**

1. CPV vs. despesas com vendas: com exceção das despesas de royalties, as demais despesas são de distribuição. Os produtos ficam no armazém e a despesa de frete incorre (através de transportadora) no momento da venda/entrega ao cliente na modalidade CIF. Os Royalties incorrem e são calculados sobre as vendas. Não envolve itens de produção/custo. As despesas com embalagens coletivas incorrem no momento da entrega para otimização/ segregação dos produtos de acordo com os pedidos dos clientes. O seguro de transporte incorre sobre as despesas de frete. As despesas com serviços logísticos são relacionadas à entrega e são gastos efetuados principalmente nas transportadoras: paletização, estadias de produtos, carro dedicado, etc.
2. Outras receitas (despesas) operacionais vs. Despesas gerais e administrativas: são gastos com desenvolvimento de sistemas de gestão que envolvem todas as áreas da Companhia: comercial, industrial e corporativa. Não ocorreu apresentação dos honorários dos administradores segregada nas DFs de 2022.

- **Divergência no relatório de ativo imobilizado em andamento x saldos contábeis**

A divergência existente está relacionada à data de entrada dos itens no relatório. Vale ressaltar que o saldo contábil está correto e que o aprimoramento deve ser feito no relatório, por isso vamos abrir um chamado junto a SAP para regularização do mesmo.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- **Sistemas relevantes associados com Receita não mapeados pela Administração e portanto, não incluídos no escopo de ITGC**

A Companhia irá avaliar internamente a recomendação e definir o plano de ação para mitigar o risco e inclusão no escopo de ITGCs.

- **Fragilidade no processo de concessão de acesso à Rede (AD)**

Processo implementado em nossa nova solução de ITSM. Também realizaremos avaliações periódicas para identificação e mitigação de riscos atrelados ao processo de Gestão de Acessos.

- **Fragilidade no processo de revogação de acesso à Rede (AD)**

Criação de um plano para automação do bloqueio do usuário com base no HR integrando o SAP HCM com o AD, para realizar o bloqueio de contas de maneira tempestiva.

- **Ausência de política e/ou procedimentos formais de conciliação contábil**

A política será elaborada até agosto de 2023.

- **Integração de dados e informações entre os sistemas Portal de Vendas e SAP**

A Companhia irá avaliar internamente a recomendação e definir o plano de ação para mitigar o risco.

- **Necessidade de implementar um processo de mapeamento de dados, incluindo dados compartilhados com nossos provedores de serviço**

O risco foi identificado e está sendo acompanhado pelo time de Auditoria Interna da Alpargatas, possuindo plano de ação conforme evidências anexadas no processo.

- **Não adoção do procedimento padrão para as demais ferramentas**

O risco foi identificado e está sendo acompanhado pelo time de Auditoria Interna da Alpargatas, possuindo plano de ação conforme evidências anexadas no processo.

- **Falha no monitoramento e acompanhamento de planos de ação atrelados a riscos de Segurança da Informação, bem como vulnerabilidades no acesso de superusuários**

Aplicação em fase de implementação previsto finalização no primeiro semestre de 2023.

- **Gastos com projetos de investimentos acima do valor previamente aprovado**

Avaliaremos junto a área de Tecnologia da Companhia a melhoria no controle da verba de um ano para outro.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- **Possibilidade de aprovação de projetos de investimentos em desacordo com a alçada de aprovação**

Avaliaremos junto à área de Tecnologia da Companhia, o desenvolvimento no sistema SAP para obrigatoriedade do preenchimento do campo em questão.

- **Ausência de alçada de aprovação para postergação e reabertura de projetos de investimento**

A área de FP&A Global implementará controle de aprovação de postergação de projetos de investimento. A partir de 2023 não será permitido a reabertura de projetos.

- **Possibilidade de ativação de projetos de investimento sem evidência de conclusão e/ou encerramento**

Todos os projetos de investimentos, sejam intangíveis ou não, quando tem sua data de conclusão dentro do trimestre é realizada a circularização com todos os gestores confirmarem a implementação. Adicionalmente, incluiremos também a área de Tecnologia para a confirmação da ativação. Para os gestores que não responderem os projetos são ativados automaticamente.

- **Ausência de política e/ou procedimentos formais de e-commerce**

Elaborar e publicar políticas e/ou procedimentos identificados pela equipe de Auditoria Interna.

- **Usuários incompatíveis com acesso administrativo às listas de preços brasileiras**

A gestão de acessos e permissionamento do e-commerce se encontra em revisão, através de solicitação semelhante de outro processo de auditoria interna. Com a conclusão desta atividade, que deverá ocorrer até o final de março de 2023, o problema relacionado com os 101 usuários com acesso incompatível no Salesforce estará sanado. Em relação a planilha compartilhada pelo time de RGM com a Accenture, iremos contactá-los para que adicionem restrições de acesso na planilha e façam uma revisão de todos os que podem acessar. Para os que permanecerem com o acesso, será solicitado evidência com nome, empresa, área de atuação e qual atividade a pessoa precisa fazer com a planilha. Também será solicitado que ao adicionar novas pessoas, seja enviado por email o mesmo tipo de evidência. Será combinado com o time de RGM, o prazo até o final de março de 2023 para realização deste procedimento.

- **Aprimoramento dos processos e de governança dos lançamentos manuais contábeis**

Atualmente a Companhia já possui um controle no qual são analisados os principais lançamentos contábeis manuais, verificada a documentação suporte e justificativa do lançamento. Esse controle é feito trimestralmente, porém passaremos a realizar o mesmo em bases mensais a partir do fechamento de maio de 2023.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- **Aprimoramento do processo e de governança de aprovação de cadastro de matéria-prima**

Após a implantação do PLM em agosto de 2020, o fluxo de input e cadastro de matéria-prima mudou. O acesso ao SAP foi bloqueado e desde então todas as entradas são feitas via PLM. Solicitaremos a reavaliação do fluxo de forma detalhada pela PwC no exercício de 2023.

- **Aprimoramento dos processos de reconhecimento de receita - mercado externo**

### 1. Ausência de controle interno para assegurar o reconhecimento proveniente da exportação

Desenvolvimento de projeto para automatização do processo. Estamos na fase final do mapeamento e alinhamento de processos com as áreas envolvidas. Após isso, seguiremos para o desenvolvimento sistêmico com vistas à geração do desenho final e implantação a médio/longo prazo. Prazo: 30 de junho de 2023

### 2. Ausência de políticas para reconhecimento de receita

Plano de ação: Documentação já desenvolvida pela Alpa e em fase de aprovação/divulgação. Devido a implementação do projeto Overseas, podem surgir necessidade de novos ajustes no documento, espera-se então a implementação prevista para março de 2023 para finalizar os possíveis ajustes e seguirmos com a aprovação e divulgação. Previsão de conclusão da política: 31 de maio de 2023.

### 3. Dificuldade para definição de documentação necessária para reconhecimento de receita de acordo com cada incoterm para mercado externo

Plano de Ação: Não há dificuldade pois já existe documentação-com regras claras de acordo com cada tipo de incoterm, portanto, não estamos de acordo com esse ponto. Recomendamos a reanálise por parte da Auditoria Externa no próximo ciclo.

### 4. Campo no sistema SAP em aberto para realizar alterações da condição comercial e incoterm para mercado externo.

Plano de Ação: Será verificado com outras áreas a possibilidade de alteração do campo.

### 5. Sistema utilizado pela equipe de exportação teve sua última atualização em 2014.

Recomenda-se um módulo de câmbio integrado ao CAPEX, que permite a fluidez de informação entre os pedidos lançados, sem a possibilidade de alteração de incoterm, uma vez que foi adicionado no sistema. Consequentemente, o reconhecimento de receita fluiria em uma única plataforma end-to-end. Comércio Exterior tem a Governança dos processos de exportação até o embarque, e por isso é o responsável pelos reportes de Faturados e Embarcados. Estamos com o Projeto Overseas (Sistema de Comércio Exterior

## 5.2 Descrição dos controles internos

da Thonson), que nos permitirá extrair os relatórios de bases de Faturados e Embarcados de forma automática. Prazo: 30 de junho de 2023.

### **6. Ausência de controle para mercado externo para assegurar a contabilização adequada do reconhecimento da receita, e possível cut off.**

Sugestão: O processo de reconhecimento da receita está em transição e deve ser re-avaliado pela Auditoria Externa para suficiência.

- **Aprimoramento dos processos de governança de precificação e desconto de produtos**

O fluxo foi alterado no início de 2023 e solicitaremos que seja reavaliado pela Auditoria Externa.

- **Ausência de atualização de saldo negativo de IR/CS**

Do ponto de vista de impostos diretos, não enxergamos prejuízo ao Fisco, pois, além da imaterialidade dos valores, nos meses subsequentes a março não tivemos IRPJ e CSLL a pagar, por conta das antecipações feitas no início de 2022.

- **Lucros Auferidos no Exterior - ausência de cálculo**

Lucros no exterior - em que pese a análise dos lucros do exterior não estivesse concluída, a Alpa S.A encerrou o ano em prejuízo fiscal. A adição do TBU apenas reverteria o cenário de prejuízo para lucro, no entanto, considerando os montantes antecipados, os incentivos fiscais locais e os montantes pagos de IR no exterior, não haveria pagamento de IRPJ e da CSLL, não havendo prejuízo ao Fisco.

- **Pagamento a maior de CSLL**

Ciente do ponto. O crédito relativo a diferença paga a maior já está sendo utilizado na compensação de outros tributos federais em 2023.

- **Ausência Tributação IPI Transferências e Revenda do Estabelecimento Varejista**

Chamado aberto e sendo priorizado pela área de Tecnologia. Finalização prevista para 31 de maio de 2023.

- **Inconsistência entre EFD Fiscal e DAPI ICMS 61.079.117/0109-17 - Montes Claros MG**

Estamos avaliando e constatada a inconsistência, providenciaremos as retificações da EFD com a inclusão dos valores de Difal recolhidos extra apuração. Prazo: 30 de junho de 2023

## 5.2 Descrição dos controles internos

- **Idoneidade de armazém geral**

A Cia tem ciência da exposição. Existe cronograma de esvaziamento dos estabelecimentos terceiros utilizados para guarda de mercadorias com previsão de término no final do 3º trimestre de 2023.

- **Saldo credor - ICMS**

Como já informado, o saldo credor vem sendo reduzido pela operação normal. Estaremos acompanhando mensalmente a redução do Saldo Credor de ICMS, visando mitigar o risco de perda por prescrição de prazo. Trimestralmente apresentaremos à Gestão (Contábil e Controladoria), para acompanhamento e possíveis tratativas caso entendam necessário. Início do report após fechamento do 1º trimestre de 2023.

- **Saldo credor de IPI**

Estaremos acompanhando mensalmente a redução do Saldo Credor de IPI, visando mitigar o risco de perda por prescrição de prazo. Trimestralmente apresentaremos à Gestão (Fiscal), para acompanhamento e possíveis tratativas caso entendam necessário. Foco na compensação dos créditos, com outros tributos federais.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3. Programa de integridade

- a) **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui mecanismos e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, conforme destacado a seguir.

Em 2019, a Companhia passou a ter uma área de *Compliance*, responsável pela revisão dos riscos de integridade e das políticas relacionadas, alocada dentro da Vice-Presidência Jurídica e Relações Corporativas Global. Em 3 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o novo Programa de *Compliance* da Alpargatas, delimitando nove pilares de prevenção, detecção e remediação de comportamentos ilícitos ou antiéticos. Os temas de *Compliance*, norteados por tais pilares, são reportados à Alta Administração da Alpargatas em reuniões trimestrais da Comissão de Ética e *Compliance*.

Visando a ampla divulgação e conhecimento da nova versão do Código de Conduta e Ética, também aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de dezembro de 2021, foram confeccionados seis vídeos sobre temáticas de *Compliance*, quais sejam: (i) Vídeo “Manifesto do Código de Conduta e Ética”, sobre o poder das escolhas norteadas pelo respeito, integridade e responsabilidade; (ii) Vídeo “Respeito às Pessoas”, sobre a primeira parte do Código de Conduta e Ética, focado nas diretrizes e orientações do “nosso jeito de ser” dentro da Companhia; (iii) Vídeo “Respeito às Empresas e à Sociedade”, focando em como as relações fora da Companhia devem ser pautadas; (iv) Vídeo “Responsabilidade, Integridade e Ética”, apresentando o novo Programa de *Compliance* e sua ligação com a cultura da Companhia sempre orientada pela ética e transparência; (v) Vídeo “Nossos Pilares”, mostrando como o Programa de *Compliance* é dividido em nove pilares e como ele se aplica ao dia-a-dia da Companhia; e (vi) Vídeo “Vamos falar do Canal de Denúncia?”, explicando como funciona o recebimento das denúncias na plataforma e como as mesmas são endereçadas internamente. Os vídeos foram disponibilizados para os colaboradores das fábricas, na intranet e também publicamente no site de relações com investidores da Companhia.

A Alpargatas possui uma Política de Gestão de Riscos, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2019. A Política estabelece as diretrizes a serem observadas no processo de gestão de riscos da Alpargatas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos



### 5.3 Programa de integridade

negócios. Essa política está sob a gestão da área de Controles Internos, que apoia a área de *Compliance* no monitoramento de todos normativos da Companhia.

Após atualização anual da matriz de riscos, a Auditoria Interna inclui na programação de trabalhos as áreas ou processos mais suscetíveis a fraudes ou que apresentam deficiências nos controles relacionados à integridade, trabalho preventivo que busca aprimorar os níveis de controles. Além disso, a Auditoria Interna, mensalmente, realiza monitoramento contínuo dos controles relacionados à prevenção de fraudes. Uma vez que se detecta uma fraude, a Auditoria Interna é responsável pela investigação até a identificação das causas e pela proposição de melhorias. As sanções aplicáveis são definidas pela Comissão de Ética e *Compliance*.

Em relação aos possíveis ilícitos praticados contra a administração pública, a Companhia possui uma Política de Relacionamento com Agentes Públicos, que estabelece as principais regras a serem observadas no relacionamento da Alpargatas com Agentes Públicos (i) no exercício das atividades de relações governamentais; e (ii) na contratação de produtos e serviços por órgãos governamentais e empresas integrantes da administração pública direta e indireta, visando prevenir e combater fraudes ou corrupção, e garantir a atuação ética e transparente dos empregados e administradores. A referida política foi atualizada pela área de *Compliance*, e sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu em 3 de dezembro de 2021. Em 2022 a área de *Compliance* realizou uma pesquisa interna para mapear todos os funcionários que possuem direta ou indiretamente uma relação com agentes públicos, para em 2023 focar em treinamentos específicos sobre o tema.

Além disso, a Alpargatas possui um Manual Anticorrupção e Boas Práticas, baseado na Lei nº 12.846/13, disponível no site da Companhia. A sua linguagem simples permite um entendimento amplo, mas seus tópicos são reforçados em comunicações internas, workshops e *e-learning*. Adicionalmente, nos contratos celebrados pela Alpargatas com terceiros, há uma cláusula prevendo respeito às regras do Código de Conduta e Ética e, no momento do cadastro de fornecedores, há a necessidade de assinatura pelos nossos parceiros do Termo de Adesão a tal Código e ao Manual Anticorrupção.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de *Compliance*, dentro da Vice-Presidência Jurídica e Relações Corporativas Global, é responsável pela implantação e gestão do Programa de *Compliance* da Alpargatas. Suas atividades e seu planejamento respectivo são compartilhados nas reuniões da Comissão de Ética e *Compliance*, cuja atuação e competência está prevista na Política da Comissão de Ética e

### 5.3 Programa de integridade

*Compliance*, revisada pela área de *Compliance* em 2021 e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021.

A área de *Compliance* é também responsável pela gestão do Canal de Denúncias, sendo que a Política de Recepção e Tratamento de Denúncias, que estabelece diretrizes para a recepção, investigação e tratamento de denúncias, foi revisada por tal área em 2021 e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021. Os relatos recebidos e que exigem investigação são encaminhados à Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria também recebe as denúncias em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Os resultados são reportados à Comissão de Ética e *Compliance*, órgão independente com reporte direto ao Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria receberá e tratará eventuais denúncias relacionadas aos membros da Comissão de Ética e *Compliance*, discutindo com o Conselho de Administração sobre as medidas cabíveis e necessárias para a apuração dos fatos e informações objeto da denúncia.

Em 2021, foi implementado um Relatório de Acompanhamento de Denúncias, compartilhado com a Comissão de Ética e *Compliance* e Comitê de Auditoria, contendo informações sobre os relatos feitos no Canal de Denúncia por data do relato, resumo do caso, status das investigações e medidas adotadas para os casos encerrados. Os relatos são organizados em três grupos: (i) casos de relacionamentos interpessoais; (ii) casos de má conduta ou ilícitos; (iii) casos de descumprimentos de normas e políticas internas. Anualmente, é reportado para toda a Companhia, através de e-mail corporativo, mural nas fábricas ou TVs espalhadas por todas as unidades, um relatório simplificado, a fim de proteger o sigilo e confidencialidade dos fatos e das pessoas envolvidas, o total de denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia no ano anterior, com os indicadores de conclusão e categoria já mencionados neste parágrafo.

A Comissão de Ética e *Compliance* da Alpargatas é composta pelo Presidente, Vice-Presidente de People, Vice-Presidente Industrial, Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Vice-Presidente Jurídico e Relações Corporativas Global, bem como pelo Gerente de Auditoria Interna, pela Diretora de Sustentabilidade e Reputação Corporativa e pela Diretora de *Compliance*, esta última responsável por submeter à referida Comissão e ao Comitê de Auditoria os projetos do Programa de *Compliance*, para os quais deverá haver dotação orçamentária específica.

A partir de novembro de 2022, foi implementado na Companhia um sistema para cadastro de fornecedores, chamado Alpaflow, no qual as áreas de Suprimentos, *Compliance*, Gestão e Desenvolvimento de Fornecedores e Fiscal participam de diferentes etapas dentro do fluxo. Para a área de *Compliance*, todos os fornecedores passam por um filtro, de acordo com a Matriz de Criticidade, para realização da análise reputacional, ou *background check*, na qual se procura, em fontes públicas, problemas associados a pendências financeiras, tributárias, regulatórias, judiciais, previdenciárias e trabalhistas e mídias negativas e/ou relevantes que possam apresentar riscos reputacionais para a Companhia. Neste sistema, é colhido, de forma eletrônica, o aceite ao Termo

### 5.3 Programa de integridade

de Adesão ao Código de Conduta e Ética e do Manual Anticorrupção e Boas Práticas. Em 2022, foram realizadas 1.011 análises reputacionais de parceiros da Alpargatas.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética que se aplica a todos os seus colaboradores, diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais, membros dos comitês, fornecedores, prestadores de serviços e quaisquer terceiros com quem a Alpargatas se relacione, independente de cargo ou função. A última versão deste documento foi aprovada em 3 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível no site institucional, de relações com investidores ([ri.alpargatas.com.br](http://ri.alpargatas.com.br)), na intranet da Companhia.

Tal documento visa reafirmar o compromisso da Companhia de incorporar em seus processos as práticas de gestão responsável baseadas na ética e na transparência. O aceite ao Código de Conduta e Ética é obrigatório para todos os colaboradores da Companhia, enquanto todo fornecedor da Companhia deve assinar o Termo de Adesão para Fornecedores, de forma eletrônica via Alpaflow, estando ciente de que a não adesão ao documento poderá resultar na rescisão do seu respectivo contrato.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares que tem como objetivo estabelecer regras e requisitos gerais para a tomada de decisão envolvendo aplicação de sanções e decorrência de práticas contrárias aos princípios e ética da empresa. A escolha sobre o tipo de medida a ser adotada em casos concretos de violação de tais princípios e ética é definida pela Comissão de Ética e *Compliance*, de acordo com a gravidade da infração. Tal política foi revisada em 2021 pela área de *Compliance* e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

### 5.3 Programa de integridade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 3 de dezembro de 2021, seu novo Código de Ética e Conduta. Tal normativo também obteve a aprovação da Comissão de Ética e Compliance e do Comitê de Auditoria. Tal documento está disponibilizado nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Canal de Denúncias.

**b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia dispõe de um canal específico para recebimento de denúncias ("Canal de Denúncia"). No Brasil, o Canal de Denúncia funciona por meio do número de telefone 0800 770 7791 ou por meio da web, no site [www.canaldedenuncia.com.br/alpargatas](http://www.canaldedenuncia.com.br/alpargatas). Para as demais operações internacionais, o Canal de Denúncia funciona por meio da internet, através do site [www.compliancehelplinealpargatas.com](http://www.compliancehelplinealpargatas.com), podendo ser acessado nos idiomas espanhol e inglês. O Canal de Denúncia é uma ferramenta independente e imparcial, operada por um prestador de serviços de renome internacional, que assegurará a confidencialidade das informações e denúncias recebidas. O Canal de Denúncia também está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. Manifestações anônimas também serão recebidas. As denúncias poderão ainda ser relatadas por qualquer outro meio, incluindo pelo e-mail: [compliance@alpargatas.com](mailto:compliance@alpargatas.com).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncia é aberto para recebimento das denúncias tanto de empregados como de terceiros, e está disponibilizado nos canais internos e no site institucional da Companhia. Adicionalmente, todos os fornecedores e prestadores de serviços, para serem cadastrados em nossos sistemas de pagamento, necessitam concordar com o Código de Conduta e Ética da Alpargatas onde constam todos os detalhes de acesso ao Canal de Denúncia. A Alpargatas não mantém parceria com os terceiros que não concordam com o conteúdo do documento referido.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Em cumprimento às boas práticas de governança corporativa, a Alpargatas disponibiliza um canal aos seus administradores, empregados, prestadores de serviço, fornecedores e ao público em geral para denunciar de forma anônima atitudes e atividades antiéticas ou qualquer conduta que viole as diretrizes expostas no Código de Conduta e Ética da Alpargatas e nas políticas internas a este relacionadas.

O referido Canal de Denúncia, operado por um terceiro independente, prevê a possibilidade e garante o anonimato, conforme opção do denunciante. Em nenhuma hipótese haverá retaliação

### 5.3 Programa de integridade

ou punição ao denunciante de boa-fé, anônimo ou não. Desta forma, mesmo nos casos em que o denunciante escolhe identificar-se na plataforma do Canal de Denúncia, seu nome é preservado e protegido nos fóruns de discussão dos relatos.

Uma vez recebidas, as denúncias são analisadas, primeiramente, pelo prestador de serviços que opera o Canal de Denúncia. Após essa primeira avaliação, as denúncias são encaminhadas para a área de *Compliance* da Companhia, que, com o apoio da Auditoria Interna, conduz as investigações sobre o relato. Por fim, a área de *Compliance*, com base no resultado da apuração da denúncia, encaminhará o caso para a Comissão de Ética e *Compliance*, que, conforme a gravidade da situação, irá deliberar as medidas cabíveis para o caso concreto. Em todas as etapas há preocupação em se proteger a identidade das pessoas envolvidas, tanto do denunciante quanto do denunciado.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as denúncias são recebidas pela área de *Compliance* da Companhia e investigadas com o apoio da Auditoria Interna, contando com o auxílio de pontos focais em cada unidade da Alpargatas, chamados de "Embaixadores de *Compliance*". Em 2022, foram recebidas 402 denúncias por meio do Canal de Denúncia.

**c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

Não aplicável, pois a Companhia não cometeu nenhuma irregularidade contra a administração pública.

**d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme detalhado nos itens anteriores.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não foram detectadas, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gestão de Riscos adotada.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5. Outras informações relevantes

A seguir estão listadas algumas das medidas adotadas pela Alpargatas para reduzir sua exposição a alguns dos riscos mencionados no item 4 deste Formulário de Referência:

#### **Perda do valor das marcas**

Para mitigar/monitorar o risco relacionado à perda do valor de suas marcas, a Alpargatas investe em estudos de hábitos e atitudes dos consumidores e pesquisas que apontam a predisposição destes a escolher/comprar suas marcas e produtos em relação aos concorrentes, e, ainda, como eles se comportam frente às características da categoria e dos produtos. O plano de ação de monitoramento deste risco é definido a partir do resultado das pesquisas qualitativas realizadas e visa à manutenção da fidelidade do consumidor com a marca tentando sempre aumentar a sua atratividade e com isso as suas vendas. Além disso, atua, por meio das vias legais, na apreensão de produtos falsificados, que podem trazer prejuízo à sua imagem.

#### **Indisponibilidade de fornecimento de matérias-primas vitais**

Para minimizar o risco do número reduzido de fornecedores de borracha sintética no Brasil, a Alpargatas tem aumentado a quantidade de fornecedores internacionais, além de buscar otimizar o seu uso no processo. Adicionalmente, a Companhia avalia, desenvolve e testa, de forma sistemática, novas alternativas de fornecimento.

#### **Perda de incentivo fiscal**

Trimestralmente, a Companhia avalia se está cumprindo as exigências fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente e acompanha todos os projetos em tramitação que tratam da convalidação dos incentivos fiscais.

#### **Ocorrência de catástrofe natural ou sinistros**

Para diversos tipos de sinistros, as fábricas da Companhia possuem seguros contratados que minimizam os riscos a eles relacionados.

#### **Risco de inadimplência de clientes**

Como forma de minimizar o risco de inadimplência, a Companhia não concentra suas vendas em poucos clientes. Conforme mencionado no item 1.5 deste Formulário de Referência, nenhum cliente da Alpargatas foi responsável, isoladamente, por mais de 10% da receita líquida consolidada em 2021.

#### **Questões socioambientais**

Para minimizar o risco de multas por destinação indevida de resíduos, a Alpargatas utiliza somente empresas transportadoras certificadas, ou seja, que foram aprovadas nas avaliações/auditorias

## 5.5 Outras informações relevantes

realizadas pela equipe de gestão de desenvolvimento de fornecedores – GDF, em parceria com o time de Segurança, Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - SSMA de cada unidade fabril. As equipes verificam o cumprimento dos quesitos de destinação final e transporte dos resíduos, licenças e realizam visitas às empresas que fazem o transporte e/ou a recepção do resíduo, dentre outras verificações.

### **Riscos de incidentes de cibersegurança e privacidade**

A Alpargatas dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação que é utilizado como balizador para as ações e iniciativas de Segurança da Informação e Privacidade executados na Organização, garantindo a governança e controles sobre o tema, além de direcionar esforços para os pontos mais relevantes e críticos para proteção do seu negócio, suas pessoas e seus consumidores. As iniciativas e/ou projetos de Segurança da Informação e Privacidade seguem as premissas estabelecidas nas Políticas, sendo operacionalizados seguindo processos bem definidos e que tem a sua performance controlada através de indicadores (KPIs). Abaixo, estão os controles mitigatórios implementados para o Risco de Incidentes de Cibersegurança e Privacidade:

Disciplina: Monitoração de Ameaças e Resposta a Incidentes

A Alpargatas dispõe de uma operação de monitoração de eventos de segurança (SOC) que atua em regime 24x7 na detecção e resposta a incidentes de Segurança da Informação e Privacidade. Este Centro de Operações de Segurança (SOC) conta com serviços de Gestão de Eventos de Segurança (SIEM) e de Inteligência contra Ameaças (Threat Intelligence), efetuando análise de alertas através de correlação de eventos e monitoração da Deep/Dark Web em buscas de dados e fraudes atrelados a Organização. Este serviço também é responsável pela derrubada de sites e aplicações falsas atrelados à Organização e que podem afetar tanto a empresa e seus funcionários quanto os seus consumidores.

Disciplina: Segurança de Endpoints, Privacidade e Identidades

- MFA (Múltiplo Fator de Autenticação), que adiciona uma camada extra de proteção (segundo fator) no processo de autenticação dos usuários, protegendo a Organização e as pessoas contra roubo de credenciais e acessos não autorizados.
- EDR (Endpoint Detection & Response), cujo objetivo é proteger os endpoints (estações de trabalho e servidores) contra ameaças em tempo real, utilizando análise de dados e resposta automatizada baseadas em regras e políticas.
- Criptografia de Endpoints, cujo objetivo é atenuar o roubo ou exposição de dados em computadores roubados, extraviados ou incorretamente descomissionados.
- Proxy/Filtro de Conteúdo Web, utilizado para monitorar e controlar o acesso a internet na Organização, protegendo os usuários contra site maliciosos, além de economizar largura de banda e melhorar o desempenho da rede corporativa.



## 5.5 Outras informações relevantes

- DLP (Data Loss Prevention), utilizada na prevenção contra vazamento de dados sensíveis. Atua tanto na proteção de dados corporativos sensíveis assim como controle para detecção e proteção de Dados Pessoais, servindo também como controle para garantia de adequação a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD).
- CASB (Cloud Access Security Broker), utilizando na proteção de dados que transitam entre os dispositivos corporativos e serviços em nuvem (Ex.: aplicações SaaS).
- MDM (Mobile Device Management): Utilizado para possibilitar a gestão e proteção dos celulares corporativos.
- Gestão de Vulnerabilidades em Endpoints, cujo objetivo é monitorar fragilidades existentes nos computadores da Organização com o intuito de detectar e priorizar as suas correções através do processo de Gestão de Vulnerabilidades estabelecido.
- Hardening: Consiste na aplicação de um baseline de segurança padrão para todos os dispositivos corporativos, garantindo que as premissas de segurança sejam atendidas, reduzindo as suas vulnerabilidades e mitigando risco através da eliminação de potenciais vetores de ataque.

Disciplina: Segurança de Redes, Servidores, Infraestrutura e Aplicações

- NGFirewalls/SD-WANs: A Alpargatas dispõe de Firewalls de última geração para proteção dos perímetros de suas operações industriais, lojas, matriz, datacenters e ambiente de nuvem.
- WAF (Firewall de Aplicação)/Anti-DDoS, cujo objetivo é proteger os serviços e sites (Ex.: E-commerces) publicados na internet contra as diversas ameaças presentes no mundo digital.
- Gestão de Vulnerabilidades em Servidores e Aplicações (WAS), cujo objetivo é monitorar fragilidades existentes nos servidores e aplicações da Organização, com o intuito de detectar e priorizar as suas correções através do processo de Gestão de Vulnerabilidades estabelecido.
- Esteira de Desenvolvimento Seguro (DevSecOps): Aplicações críticas para o negócio (Ex.: E-commerces) seguem um processo seguro e automatizado de desenvolvimento, mitigando riscos e vulnerabilidades em todas as fases do desenvolvimento.
- E-mail Fraud Defense e Antispam: A Alpargatas possui serviços de DMARC e Antispam, cujo objetivo é proteger seus colaboradores e consumidores contra fraudes atreladas ao serviço de e-mail.
- Hardening: Consiste na aplicação de um baseline de segurança padrão para todos os dispositivos corporativos, garantindo que as premissas de segurança sejam atendidas, reduzindo as suas vulnerabilidades e mitigando risco através da eliminação de potenciais vetores de ataque.

Disciplina: Governança, Gestão de Riscos e Conformidade / Conscientização de Segurança

## 5.5 Outras informações relevantes

A Alpargatas dispõe de um processo estabelecido para criação, revisão e publicação de suas políticas de segurança e privacidade. Os Riscos de Tecnologia e Cibersegurança mapeados são tratados através de um Comitê de Riscos cujo intuito é acompanhar os planos de ações que visam responder a estes riscos. O Comitê é conduzido pelo time de Segurança da Informação e Privacidade.

Além dos pontos supracitados, a Alpargatas compreende a importância de conscientizar as pessoas sobre o seu papel e responsabilidade em relação a Cibersegurança e Privacidade e por isso, realiza campanhas de conscientização, testes de phishing e colocou em prática em 2022 um programa de Gamificação de Segurança da Informação, fornecendo inclusive material de treinamento no processo de check-in de novos colaboradores.

**A dependência do varejo em cartões de crédito e financiamento ao consumidor está crescendo. Alterações nas políticas dos adquirentes de cartão podem afetar negativamente os resultados da empresa.**

Para reduzir o risco das taxas cobradas pelos adquirentes a companhia efetua um BID bianual entre as principais adquirentes de mercado buscando as melhores taxas, tecnologia e experiência do consumidor. Ao finalizar o BID é firmado um contrato entre as partes que as taxas devem ser fixadas durante sua vigência.

Devido ao ticket médio do varejo da companhia (incluindo o físico e o online e excluindo o atacado) não possuímos um elevado volume de parcelamento, 74% no pagamento rotativo das vendas. Com a implementação do recebimento via PIX temos uma expectativa de aumento de recebimentos à vista.

No fluxo de liberações de vendas online possuímos um mecanismo de antifraude que reduz o impacto de tentativas de compras fraudulentas.

### **Perda de pessoas-chave**

Anualmente a Companhia realiza um processo de mapeamento de talentos e posições críticas (Talent Review) com o objetivo de atrair/manter pessoas-chave. Além de verificar as posições críticas, identificando oportunidades de sucessores internos ocuparem cadeiras críticas da Companhia.

### **Risco de término de contrato de locação de lojas, centro de distribuição ou fábricas**

A Companhia realiza um monitoramento periódico do calendário de prazos de renovação dos contratos de locação através da área de real estate em conjunto com o departamento jurídico. Além disso, todos os contratos possuem renovação de no mínimo 05 (cinco) anos com objetivo de garantir a estabilidade das operações.

## 5.5 Outras informações relevantes

### **Aumento e/ou flutuações dos preços de matérias-primas**

A Companhia realiza um monitoramento dos preços de commodities e possui políticas de estoques e de hedge, com o objetivo de minimizar os impactos inerentes das flutuações dos preços destes materiais.

### **Ocorrências de fraudes ou desvio de comportamentos**

A Companhia possui um Canal de Denúncias, onde os erros e falhas decorrentes de ações humanas ilícitas ou de desvio de comportamento podem ser reportados pelos funcionários, de forma anônima ou não. Todos os casos relatados são tratados de forma confidencial, protegendo a identidade de todos, evitando-se com isso eventuais retaliações, e as medidas disciplinares são aplicadas seguindo a Política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares.

### **Ocorrência de incidentes de segurança, discriminação e/ou fraude nos pontos de vendas da Companhia**

A Companhia, em suas lojas próprias, possui recursos como alarmes sonoros e câmeras com gravação de imagens para utilização perante a lei em casos reportados de fraudes, alegações de assédio, discriminação, racismo ou atos de violência moral ou sexual. Além de realizar auditoria nos pontos de vendas dos franqueados ao menos 02 (duas) vezes ao ano, com solicitação de documentações legais/fiscais.

### **Não cumprimento dos padrões de qualidade e serviço das franquias**

Para mitigação deste risco, a Companhia realiza auditoria ao menos 02 (duas) vezes ao ano nos pontos de venda das franquias. Há também uma ferramenta que acompanha os demonstrativos de resultados e fluxo de caixa das lojas para controle financeiro e são solicitadas garantias reais ou seguro fiança para aqueles que apresentarem alto risco financeiro.

### **Violação às leis anticorrupção**

A Companhia faz o monitoramento dos funcionários que possuem interação direta ou indireta com agentes públicos e fornece treinamento para tais profissionais com enfoque na Política Anticorrupção e na Política de Relacionamento com Agentes Públicos, ambas revisadas a cada 2 anos.

### **Ausência de compromisso social da Companhia**

A Companhia compreende que, para algumas regiões, se tornou um agente de influência, portanto em 2022 foram criadas as primeiras diretrizes do Alpa Social Responsibility (ASR), que resume o nosso direcionamento de atuação social. A estratégia de atuação social pontua o objetivo de promover a inclusão/equidade de oportunidades por meio da educação e do empreendedorismo. Para alcançar esse objetivo, atuamos em três principais frentes:

## 5.5 Outras informações relevantes

- Instituto Alpargatas (IA): nosso Instituto, com mais de 20 anos de história, que tem como base de suas iniciativas a educação e é nosso principal braço de atuação social no Brasil. Por meio de práticas pedagógicas inovadoras e criativas, os programas mantidos pelo IA colocam os profissionais de ensino e os alunos como protagonistas do processo de aprendizado e já beneficiaram mais de 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens, entre 6 e 29 anos.
- Investimento Social Privado: o aporte monetário, juntamente ao trabalho desenvolvido via parcerias ocorre, principalmente, como forma de fortalecer e potencializar nossa atuação e sua capilaridade global.
- Voluntariado Corporativo (AVA): Nosso programa de voluntariado corporativo global, que estimula a interação e participação cidadã dos nossos colaboradores em ações comunitárias, contribuindo com o desenvolvimento social das comunidades nos municípios e nas regiões em que a empresa está presente.

### Ausência de compromisso nos aspectos climáticos

Em 2022, apresentamos publicamente nossa Estratégia de Sustentabilidade, que traz um compromisso específico de redução de 30% de nossas emissões absolutas (diretas e indiretas), e outros dois, ligados à energia, visando reduzir nossa intensidade e operar com uma matriz renovável. Adicionalmente, existem compromissos que afetam indiretamente o tema (mas não são menos importantes para os resultados), voltados ao percentual de matéria-prima renovável e/ou reciclada em nossos produtos e embalagens.

A condução de todos os nossos compromissos será baseada em grupos de trabalho multidisciplinares/transversais, chamados de Jornadas e compostos sempre por um Sponsor (em nível de diretoria), um líder operacional e demais membros. A governança e acompanhamento seguirão o modelo de gestão oficialmente praticado na companhia e todas as Jornadas terão um acompanhamento mensal junto a Sustentabilidade, além de um acompanhamento (a princípio bimestral) junto aos Vice-presidentes responsáveis pela gestão de cada um dos pilares da Estratégia: Economia Circular, Operações Responsáveis e D&I e Desenvolvimento Local.

Ainda em 2022, após a publicação da Estratégia, iniciamos uma análise estratégica do caminho a ser percorrido para atingirmos nosso ambicioso percentual de redução de emissões. Como parte desse movimento estratégico, enviamos grandes esforços na revisão de nosso Inventário de GEEs, já levando em consideração as diretrizes do SBTi, principalmente no que se refere a abrangência do escopo 3. Com essa visão completa, pretendemos avaliar as possibilidades de enquadramento de nossa meta de na iniciativa, cancelando-a de acordo com premissas científicas.

Essa análise estratégica inicial também foi voltada a combinar o potencial de redução de GEEs das ações já no pipeline e sua respectiva estimativa de custo (curva MAC). Ao mesmo tempo, está em andamento o fortalecimento da agenda como um todo, com a expectativa de iniciar uma visão mais ampla sobre os riscos inerentes ao negócio e relacionados ao tema em 2023/2024 - quando pretendemos fazer um primeiro diagnóstico do TCFD, para depois avançar nas recomendações no próximo ano. A companhia está em evolução em relação a um levantamento formal de riscos vinculados a questões climáticas.

## 5.5 Outras informações relevantes

### Indisponibilidade de sistemas

A Companhia atualmente opera seus principais sistemas críticos no modelo SaaS (Software as a Service / Software como Serviço) que garante alta disponibilidade. Todos os sistemas críticos são monitorados e atualizados de maneira recorrente, com prazo estabelecido através das políticas e processos de Gestão de Vulnerabilidades. Além dos pontos supracitados, a Alpargatas dispõe de políticas e processos de Tecnologia e Segurança da Informação cujo objetivo é definir regras claras em relação a disponibilidade, integridade e confidencialidade dos seus ativos de informação, o que inclui dados pessoais e dados pessoais sensíveis. Anualmente, é conduzido um processo de BIA (Business Impact Analysis / Análise de Impacto no Negócio) para mapear riscos atrelados a sistemas críticos e definir ajustes no plano de Recuperação de Desastres. Os itens mapeados são acompanhados através de um Comitê de Riscos, cujo intuito é acompanhar os planos de ações que visam responder a estes riscos. O Comitê é conduzido pelo time de Segurança da Informação e Privacidade.

### Contingências decorrentes de aquisições

A Companhia monitora continuamente os indicadores de aquisição e verifica as alterações relevantes, com o objetivo de garantir os recursos necessários para manter as diretrizes orçamentárias em conformidade.

### Uso não autorizado das marcas

A mitigação do risco do uso não autorizado de nossos direitos de propriedade intelectual se dá por ações proativas de monitoramento e derrubada de anúncios em plataformas de e-commerce, bem como ações conjuntas coordenadas com as autoridades policiais e alfandegárias. Além disso, em casos nos quais não é possível resolver a demanda extrajudicialmente, a Companhia adota as medidas judiciais cabíveis, quando conveniente, para assegurar seus direitos.

### Registros de propriedade intelectual expirados ou utilizado por terceiros

Para mitigar os riscos de não renovação em tempo hábil, a Alpargatas possui duplo controle de seus registros de propriedade intelectual, sendo um feito de maneira centralizada e automatizada e outro feito localmente, pelo assessor jurídico do país de registro.

Para mitigar riscos de diluição da marca e desenhos industriais em decorrência de registros similares por terceiros, a Alpargatas faz um monitoramento ativo global de todos os Escritórios de Marcas e Patentes nos países onde atuamos (equivalentes ao INPI), e quando um terceiro tenta registrar algo similar, somos alertados para tomar as medidas necessárias.

Quanto aos riscos de eventual violação de direitos de terceiros pela companhia, temos atuado preventivamente efetuando buscas de anterioridade envolvendo novos modelos e lançamentos.

A Companhia pode não conseguir obter ou renovar as autorizações, registros, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas, centros de distribuição e fábricas

## 5.5 Outras informações relevantes

A Companhia monitora continuamente o prazo de validade das autorizações, registros, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas, centros de distribuição e fábricas vigentes, além de acompanhar as respectivas conformidades em atendimento às regulamentações internas e externas.

### **Falha nos controles de qualidade da Companhia ou utilização de substâncias restritivas**

A Companhia realiza o controle e monitoramento de substâncias restritivas em seus produtos e mantém um procedimento formalizado para utilização e armazenamento de tais substâncias. A Companhia também realiza testes de validação de novos produtos durante o desenvolvimento, assim como a verificação das especificações técnicas previamente definidas.

### **Perdas causadas aos consumidores devido a falhas nos produtos da Companhia**

A Companhia possui equipe dedicada para rastrear todos os canais em que publicações relacionadas aos seus produtos são feitas com o objetivo de mitigar e resolver os problemas dos consumidores. Todas as reclamações realizadas são avaliadas e monitoradas diariamente para realizarem as tratativas pelo time de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e o departamento de qualidade.